

FOLHA DE S. PAULO

LUÍS FRANCISCO CARVALHO FILHO

O Supremo em chamas

Entulhado de processos e dedicado a discussões irrelevantes, o STF precisa de um choque de gestão

19 NOV 2016

A DESINTELIGÊNCIA verbal entre os ministros Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes, absolutamente gratuita e inusitada, diante das câmeras de TV, é mais um ingrediente de uma crise que promete se agravar.

Em ambiente marcado pela tensão política (dois ex-governadores do Rio de Janeiro presos, situação e oposição na mira da Lava Jato, a economia na UTI, Estados falidos e o germe fascista se espalhando, como demonstram a invasão da Câmara dos Deputados por defensores de intervenção militar e a agressão ao jornalista Caco Barcellos, da Rede Globo, por grupos supostamente progressistas), o Supremo Tribunal Federal poderia ser reduzido de credibilidade. Mas não é.

Como a **Folha** demonstrou esta semana, o STF tem se revelado incapaz de cumprir, com eficácia, a atribuição de julgar autoridades com foro privilegiado (parlamentares e ministros). O padrão de agilidade da Justiça Federal em Curitiba produz um inevitável efeito comparativo que conspira contra a imagem do tribunal.

O Supremo está entulhado e se dedica a discussões irrelevantes. Conforme dados atualizados até quinta-feira (17), o acervo seria de 61.632 processos, 10.278 no gabinete da Presidência, o restante distribuído entre seus membros. Na mesma data, o acervo de processos de Celso de Mello seria de 3.429 e o de Marco Aurélio, 8.061.

Parece humanamente impossível dar andamento eficiente a tanta papelada. É uma pequena amostra do

Judiciário brasileiro, que, segundo levantamento do Conselho Nacional de Justiça divulgado em outubro, teria 73,9 milhões de processos em tramitação, um congestionamento provocado, sobretudo, pelas execuções fiscais: seriam necessários três anos para liquidar o passivo, desde que nenhuma outra demanda se instaurasse.

Mas a imagem do Supremo poderia ser diferente, mesmo sem a reforma constitucional (alteração de suas competências) de que tanto necessita. Bastaria a instituição de uma pauta racional de trabalho, com fixação de prazos rígidos de tramitação e, convenhamos, com redução do palavrório inútil (nos autos e fora dos autos).

Falta choque de gestão no STF. Por que não estabelecer prioridades de julgamento, entre elas as causas criminais, para reduzir o risco de prescrição? Por que pedidos de vista são instrumentos para adiar indefinidamente a solução dos litígios? Por que liminares se perpetuam, como a que concedeu o pagamento de auxílio moradia a todos os juízes do país?

Sem olhar para o futuro, o Brasil busca caminhos legislativos esdrúxulos. Além das tentativas de anistiar o “caixa dois”, acaba de ser aprovada pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados projeto de lei que inverte a ordem das coisas para proteger a reputação de parlamentares: veda a transmissão ao vivo ou gravada, com ou sem edição, dos julgamentos criminais e cíveis, como se o olhar da opinião pública representasse um perigo institucional.

A heterodoxia (expressão usada pelos dois ministros durante o bate-boca do STF) está, na verdade, no caráter personalíssimo do funcionamento da Casa. O Supremo se converteu em 11 gabinetes autônomos, cada qual com sua plateia e sua pauta ideológica. Não é assim que se transmite segurança jurídica.

FOLHA DE S. PAULO

LEANDRO COLON

E se Cabral fosse senador?

BRASILIA — De cabeça raspada e usando o uniforme verde de presidiário em Bangu, o ex-governador Sérgio Cabral deve estar arrependido de não ter disputado a cadeira de senador nas eleições realizadas em 2014.

O peemedebista tinha força para ser eleito. Sob a proteção do foro privilegiado no STF (Supremo Tribunal Federal), provavelmente estaria, como parlamentar, usufruindo de luxo, conforto e riqueza no Rio e em Paris.

Pela Constituição, um congressista só pode ter a prisão decretada se for pego em flagrante de crime inafiançável — como foi o caso do então senador Delcídio do Amaral, detido por obstrução da Justiça há um ano.

Cabral não foi preso em flagrante. Foi alvo de prisão preventiva autorizada por dois juízes, Sergio Moro, em Curitiba, e Marcelo Bretas, no Rio.

Moro, em sua decisão, argumentou que o peemedebista deveria ir para a cadeia, entre outros motivos, por causa da “notória situação de ruína das contas públicas” do Estado.

“Constituiria afronta permitir que os investigados continuassem fruindo em liberdade do produto milionário de seus crimes”, afirmou o juiz.

As investigações apontam que a propina desviada de obras públicas do Rio bancou Cabral e sua família, incluindo vestido de festa, conta de gás e até cachorro-quente para a festa de aniversário do filho.

Enquanto o ex-governador se acostuma com a nova casa em Bangu, mais de 60 inquéritos que investigam congressistas na mesma Lava Jato tramitam lentamente no STF. Há na lista vários políticos do PMDB de Sérgio Cabral, entre eles o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Uma série de reportagens na **Folha** tem mostrado o efeito da letargia dos casos no Supremo. Um terço das ações concluídas nos últimos dez anos foi arquivado em razão da prescrição dos crimes. Em apenas 3,5% dos processos houve condenação.

A prisão de Cabral e a de Eduardo Cunha após perder o mandato na Câmara provam a urgência de rediscutir o sistema de foro no Brasil.

19 NOV 2016

19 NOV 2016

FOLHA DE S. PAULO

Defesa de Lula quer que Moro seja preso por abuso de autoridade

Para advogados, juiz federal extrapolou ao determinar a condução coercitiva do ex-presidente

Dirigentes do PT e do Instituto Lula classificaram como “espetaculosa” a prisão de Cabral na Lava Jato

CATIA SEABRA
DE SÃO PAULO

Os advogados do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sua família protocolaram, nesta sexta-feira (18), uma representação em que pedem a prisão do juiz federal Sergio Moro por abuso de autoridade.

A notícia sobre a queixa-crime apresentada pelo petista foi publicada na página “A verdade de Lula”. O site reproduz o pedido dos advogados do ex-presidente, que descreve o teor de uma representação apresentada em junho.

A peça, protocolada na Procuradoria-Geral da República, pede providências “em relação a fatos penalmente relevantes praticados pelo citado agente público (Sergio Moro) no exercício do cargo de juiz da 13ª. Vara Federal Criminal de Curitiba”.

Os advogados indicaram como prova do abuso de autoridade a condução coercitiva de Lula, em 4 de março, quando Moro determinou que o ex-presidente fosse levado por poli-

ciais para prestar depoimento, “privando-o de seu direito de liberdade por aproximadamente seis horas”.

Também apontaram como exorbitante a determinação de busca e apreensão de bens e documentos de Lula e de seus familiares nas suas residências e em seus escritórios, que foram “ampla e estrepitosamente divulgadas pela mídia”.

A interceptação telefônica do ex-presidente também foi considerada abusiva pelos defensores. Segundo eles, os conteúdos dessas interceptações tiveram ampla divulgação na imprensa.

Eles acrescentam que “a ilegalidade e a gravidade da divulgação das conversas interceptadas foi reconhecida pelo STF (Supremo Tribunal Federal)”. Os advogados reclamam que nenhuma providência foi tomada pelo Ministério Público Federal.

Os defensores de Lula pedem que “o agente público Sergio Fernando Moro seja condenado nas penas previstas no artigo 6º. da Lei 4.898/65, que pune o abuso de autoridade com detenção de dez dias a seis meses, além de outras sanções civis e administrativas, inclusive a sus-

penção do cargo e até mesmo a demissão”.

Em visita à ocupação Vila Soma, na cidade de Sumaré, nesta sexta (18), Lula mais uma vez se comparou a Tiradentes. Discursando sobre um caminhão, Lula reclamou da divulgação de “conversas íntimas” com a ex-presidente Dilma Rousseff.

De novo, Lula desafiou aos investigadores da Lava Jato a encontrar “um centavo de origem ilegal” em sua vida.

CABRAL

Mesmo ressentidos com o ex-governador do Rio Sérgio Cabral Filho após seu apoio ao impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, dirigentes do PT e do Instituto Lula criticaram, nesta sexta-feira (18), a forma “espetaculosa” de prisão do peemedebista em mais um capítulo da Operação Lava Jato.

Embora Cabral tenha apoiado a candidatura do presidente do PSDB, senador Aécio Neves (MG), na disputa presidencial de 2014, petistas afirmaram que não há por que celebrar a exposição a que o peemedebista foi submetido, incluindo a exibição de sua imagem preso.

MÔNICA BERGAMO

**PERTO
DO FIM**

FOLHA DE S. PAULO

O ministro do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) Herman Benjamin ouviu na próxima segunda (21) as duas últimas testemunhas do processo que pede a cassação da chapa da ex-presidente Dilma Rousseff e de Michel Temer, o que poderia resultar na saída do atual presidente do cargo.

DOIS MAIS DOIS

Encerrada as oitivas (serão ouvidos dois funcionários de campanha como testemunhas de defesa), o magistrado aguardará apenas o fim de perícias em despesas da chapa para ouvir as alegações finais de defesa e acusação e proferir seu voto.

LETRA MORTA

As perícias são fundamentais para confirmar ou afastar irregularidades. Isso porque a principal acusação contra Dilma e Temer caiu por terra, na quinta (17), quando Otávio Azevedo, ex-presidente da Andrade Gutierrez, mudou radicalmente seu depoimento e disse que os recursos para a campanha presidencial de 2014 foram limpos — e não pagamento de propina, como sustentava até então.

LETRA MORTA 2

O fato de Azevedo mudar o depoimento depois que a defesa de Dilma revelou que a contribuição, que ele dizia ser propina, tinha sido feita para o PMDB de Temer, fez todas as outras afirmações do executivo “caírem por terra”, na opinião de um dos magistrados do TSE. O executivo dizia, por exemplo, que ex-ministros e assessores de Dilma tinham feito pressão irresistível para que a Andrade desse dinheiro para a campanha dela.

19 NOV 2016

PAINEL

Bandeira branca O senador José Aníbal foi ao STF se retratar com José Eduardo Cardozo e pôs fim à queixa-crime que o petista apresentou contra ele em 2013. Aníbal havia chamado o ex-ministro de “vigarista” e “sonso”.

20 NOV 2016

FOLHA DE S. PAULO

Pacote aperfeiçoado

Substituto da Câmara ao projeto originário do Ministério Público corrige exageros, mas ainda enfrenta resistência no Congresso

O substitutivo do deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS) melhorou o pacote de medidas legislativas contra a corrupção proposto pelo Ministério Público Federal e encaminhado ao Congresso por intermédio de projeto de lei de iniciativa popular, que obteve mais de 2 milhões de assinaturas.

A principal virtude do relatório, que deverá passar por seu primeiro teste nesta semana, ao ser submetido a votação na comissão especial para examinar a iniciativa, é que ele despiu a proposta original dos exageros mais rematados.

Os dois pontos que mais críticas receberam da ala garantista dos juristas — as restrições ao habeas corpus e a validação, em certas circunstâncias, de provas obtidas de forma ilícita — foram eliminados do substitutivo, felizmente.

Igual destino teve a proposta dos procuradores da República de ampliar as hipóteses de prisão preventiva. Em sua forma atual, a legislação já dá margem a toda sorte de abuso.

Outros dispositivos polêmicos foram matizados. É o caso, por exemplo, dos testes de integridade aos quais funcionários públicos poderiam ser submetidos. No projeto original, o servidor que não resistisse à simulação de ofereci-

mento de propina por um agente da corregedoria corria risco de ser até mesmo processado criminalmente, o que configura outro excesso dispensável.

O “delito” a ele atribuído, afinal, não era nem mesmo real, mas mera simulação. O relatório sabiamente limita ao âmbito disciplinar e administrativo as consequências do teste, que pode assim ser compreendido como uma medida preventiva, para inibir a má conduta, e não como uma caça às bruxas.

Boa parte dos pontos positivos do projeto original foi mantida, entre outras as medidas para evitar prescrições e para transformar caixa dois em delito penal autônomo, pelo qual os partidos políticos teriam responsabilidade solidária.

Restam, é claro, vários temas que ainda merecem mais debate e eventuais aperfeiçoamentos. Seria ingenuidade, porém, acreditar que tudo está bem encaminhado e não existem riscos.

Muitos dos parlamentares têm disposição e motivos para sabotar iniciativas, como essa, que buscam ampliar a capacidade do Estado de punir a corrupção. Já ensaiam introduzir na legislação, de forma tão sub-reptícia quanto possível, dispositivos que possam servir-lhes como tábua de salvação.

É importante, portanto, a vigilância da sociedade e da ala saudável do Parlamento sobre a tramitação do projeto de lei, examinando com lupa todas as emendas. É quase certo que haverá novas tentativas de sabotá-lo.

20 NOV 2016

FOLHA DE S. PAULO
JANIO DE FREITAS

O Batalhão Janot

O problema de tempo
não decorre do foro
privilegiado: é do próprio
Supremo Tribunal Federal

O RISCO, aqui mencionado há uma semana, de que às crises política e econômica se junte a crise institucional, não existe mais. O risco passou a ser fato consumado. O uso de uma portaria, pelo procurador-geral Rodrigo Janot, para criar uma força-tarefa de ação no Congresso, torna oficial o que era apenas informal: o embate entre parlamentares e procuradores federais desejosos de decisões que os privilegiem, em meio a medidas anticorrupção e contra a anistia ao dinheiro “por fora” nas eleições.

O Congresso não precisou dar resposta direta à investida da Procuradoria-Geral da República. A boa acolhida, na Câmara, ao projeto contra abuso de autoridade, que os chefidos de Janot significativamente não aceitam, já valeria como resposta. Há mais, porém. É o início de um movimento de deputados em reação à retirada, no relatório de Onyx Lorenzoni, do artigo que prevê crime de responsabilidade para procuradores e juízes, como existe para ministros do Supremo e procurador-geral. O deputado gaúcho curvou-se à pressão levada ao Congresso pelo procurador Deltan Dalagnol, alegando para a sujeição um “consenso” (Folha, 18.nov) inexistente na Câmara.

A anistia ao “caixa dois” é, sim, desejada por muitos no Congresso. O “por fora”, afinal de contas, é regra na prática eleitoral, também com a finalidade menos confessável de enriquecimento tão ilícito quanto fácil. A pretensão de impedi-la com confronto institucional corresponde à inclinação para a direita e o autoritarismo, cujas evidências chegam ao cúmulo de propor a aceitação de pro-

vas ilícitas — como consta das dez medidas que os procuradores apresentaram e querem aprovadas no Congresso. Mesmo um jurista conservador como Ives Gandra Martins diz dessa pretensão da Lava Jato: “Provas ilícitas tomam quem as obteve também um criminoso” (Folha, 16.nov).

A vigilância contra a anistia é um bom pretexto para a portaria do Batalhão Janot, mas o que nela parece secundário é de fato o principal: a prisão pelas dez medidas. E o troféu não é só esse. Os procuradores querem ainda o fim do chamado foro privilegiado, sobretudo para congressistas e exceto apenas para os cargos mais elevados nos Três Poderes. A explicação, claro, refere-se ao funcionamento e ritmo dos tribunais superiores. Em particular, o Supremo e seus armazéns de processos encalhados, onde se acasalam foro privilegiado e impunidade.

O que, no caso, move a Lava Jato não é o fim do foro privilegiado em si. É a passagem dos processos de políticos para a primeira instância, ao alcance de promotores e procuradores para lhes dar tratamento ao seu gosto. Há, no entanto, um equívoco dominante nas discussões sobre foro, lerdadeza judicial e Supremo. A começar de que o problema de tempo não decorre do foro privilegiado: é do próprio Supremo, como demonstram os milhares de processos que lá dormitam sem incluírem políticos.

Além disso, réus do “mensalão do PT”, por exemplo, foram julgados e condenados no Supremo. Figura central no “mensalão do PSDB”, anterior ao outro e seu inspirador, Eduardo Azevedo renunciou ao Senado quando seria julgado pelo Supremo. Com isso, le-

vou seu processo para a tramitação comum. Condenado a 20 anos em dezembro de 2015, ainda não acha que condenação leve a prisão. O verdadeiro privilégio de foro não é exclusividade do Supremo. Campanha para tirá-lo daí é só uma ilusão de represália.

Sem deixar de ser outra manifestação de desejo de supremacia, também acentuado pelo privilégio de usar provas ilícitas, estar imune a processo por crime de responsabilidade e sentir-se livre para abusos de autoridade.

20 NOV 2016

FOLHA DE S. PAULO

O QUE ELES DISSERAM

*O ministro Gilmar Mendes já não havia votado?
Data vênica, um pouco inusitado*

*Eu, graças a Deus, não sigo o exemplo de
vossa excelência em matéria de heterodoxia*

*No Senado? Basta ver o que vossa excelência
faz diariamente nos jornais. É uma atitude
absolutamente, ao meu ver, incompatível*

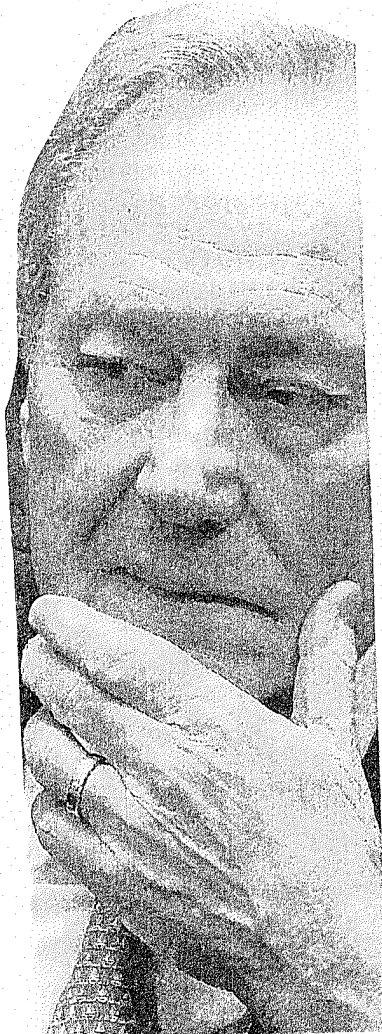
*Absurdo, não, vossa excelência retire o
que disse. Vossa excelência está faltando com
decoro não é de hoje. Eu repilo, repilo qualquer...
Vossa excelência, por favor, me esqueça*

*Enquanto eu estiver aqui eu posso fazê-lo [...].
Vossa excelência fez coisa mais heterodoxa*

Basta ver o que vossa excelência fez no Senado

*Faço isso inclusive para poder reparar
os absurdos que vossa excelência faz*

Não retiro



Ministros do Supremo Tribunal Federal, durante sessão no plenário do Tribunal

20 NOV 2016

FOLHA DE S. PAULO

CABRAL

ISSO É?..

FRANCÊS!
PÃO FRANCÊS.



21 NOV 2016

FOLHA DE S. PAULO

As prisões e o ajuste

CELSO ROCHA DE BARROS

Se o computador de Deltan estiver funcionando, o PowerPoint com Temer no meio se monta sozinho

AS PRISÕES de Sergio Cabral e Anthony Garotinho serviram como válvulas de escape para as frustrações da população do Rio de Janeiro com o ajuste fiscal em curso. Há uma sensação de que, se haverá cortes em serviços essenciais, salários e aposentadorias, ao menos os culpados pela crise foram presos.

A princípio, isso poderia jogar a favor do ajuste. Os cortes anunciados no Rio de Janeiro são duríssimos. A insatisfação popular é inevitável. Se a forma de expressão desse descontentamento for fazer festa pela prisão de políticos corruptos, o ajuste terá saído barato, do ponto de vista político.

Entretanto, há dois fatores que complicam esse cálculo.

Em primeiro lugar, as prisões podem reforçar a convicção popular de que o dinheiro acabou porque os políticos o meteram no bolso.

Essa é, no mínimo, uma análise bastante incompleta. Se ninguém tivesse roubado nada, os gastos do Estado do Rio de Janeiro ainda teriam subido demais, as isenções ainda teriam sido excessivas e o preço do petróleo ainda teria caído.

Mas a explicação é reconfortante: se tiver sido só roubação, nenhum grande ajuste é necessário. Em vez de Levy, Barbosa ou Meirelles, nos bastará Sergio Moro.

Em segundo lugar, as prisões só servirão como válvula de escape para a insatisfação com o ajuste enquanto os presos não forem as autoridades responsáveis pelos cortes.

Faça a lista dos políticos mais próximos a Temer. Cruze com os no-

mes mais cotados para aparecerem nas delações que já vêm vindo. Estão todos lá. Todos. Não, não tem nenhum fora. Se o computador do procurador Deltan Dallagnol estiver funcionando, o PowerPoint com Temer no meio se monta sozinho.

Como no caso de Lula, será besteira: ninguém é chefe da corrupção brasileira, um negócio que sempre resistiu bem às trocas de presidente. Mas quem aplaudiu o último show do PowerPoint não vai ter como reclamar do próximo.

E, enfim, o mesmo Congresso que deve aprovar as reformas, o mesmo Congresso que escolherá o sucessor de Temer em caso de cassação deve aprovar também uma anistia para si mesmo.

Até agora, Temer está dando uma aula de sobrevivência a Dilma Rousseff. Dilma caiu por não conseguir fazer o ajuste e por não ter conseguido parar a Lava Jato. Nos dois casos, cada um pode substituir "não conseguiu" por "não quis" conforme sua preferência partidária.

Ao fazer o ajuste econômico, Temer aumentou muito o preço de uma nova troca de presidente. Pouca gente se anima com a possibilidade de nova turbulência política justamente na hora em que a economia deve começar a melhorar.

E, se alguém duvida que o governo joga contra a Lava Jato, a nomeação de Romero "estancar a sangria" Jucá para líder no Senado fala por si mesma.

Mas a estratégia de fazer o ajuste e salvar os políticos será severamente testada nos próximos meses.

As investigações da Lava Jato e o ajuste econômico são processos independentes, e foi um certo azar que acontecessem ao mesmo tempo. Mas o aperto de cintos gera um enorme apetite por bodes expiatórios, e as acusações de corrupção produzem ótimos candidatos para o papel. O pessoal não está gostando do ajuste, e está gostando de ver gente sendo presa. Não é uma combinação boa para o governo.

19 NOV 2016 | 20 NOV 2016

GAZETA DO POVO

Mãe luta pelo direito de ensinar em casa

Cerca de 3,2 mil famílias no Brasil aguardam decisão do STF para ter a autorização legal para praticar o *homeschooling*, a educação domiciliar

Denise Drechsel

● A visita de um oficial de justiça à casa da pedagoga Viviane Canello Strapasson confirmou mais uma briga jurídica no Brasil de famílias que querem ter o direito de ensinar os filhos em casa. Além do processo contra ela, ajuizado pelo Ministério Público do Paraná (MP-PR), outros 19 tramitam em mais estados. No país, pelo menos 3,2 mil famílias optaram pelo chamado *homeschooling*, apesar de essa modalidade de ensino regular não ser permitida pela legislação brasileira.

A denúncia resultou em uma medida de proteção assinada pela promotora Sílvia Galesi Campelo, onde há o pedido de que a criança seja matriculada de forma urgente e por coação, caso seja necessário. A decisão desencadeou nas redes sociais mensagens de apreensão em grupos de pais que lutam pelo direito de fazer o ensino domiciliar.

A estratégia dos advogados de defesa, Victor Hugo Domingues e Frederico Junkert, é pedir a suspensão do procedimento até que seja julgada uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a constitucionalidade do ensino domiciliar. “Tam-

bém vamos sustentar que não existe nesse caso nenhum tipo de abandono intelectual, muito pelo contrário. Há uma preocupação clara da mãe para educar bem a criança”, afirma Victor.

Viviane conta que alfabetizou o filho em casa e que teve experiências não muito positivas nas escolas. “Como sou professora, acho que, atualmente, essa seria a melhor opção para o meu filho”, afirma Viviane.

Clandestinidade

O ensino domiciliar é propagado com força em outros países, motivado pela insatisfação dos pais com a educação regular. “Uma característica comum em todas essas famílias no Brasil é uma forte crítica à escola. Muitas delas fizeram tentativas de colocar os filhos em diversas instituições e ficaram decepcionadas”, explica Maria Celi Chaves Vasconcelos, professora do programa de pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que entrevistou famílias com educação domiciliar em Portugal e no Brasil.

De acordo com a pesquisadora, a falta de uma lei que regulamente a educação domiciliar é causa de sofrimento para os pais, que enfrentam dificuldades jurídicas, além da pressão de amigos, familiares e vizinhos. Ao mesmo tempo, para que não ocorra o abandono intelectual dessas crianças, seria necessário garantir algum tipo de acompanhamento, como existe em Portugal, onde os

alunos de ensino domiciliar são matriculados e comparecem a exames todos os anos.

Direito?

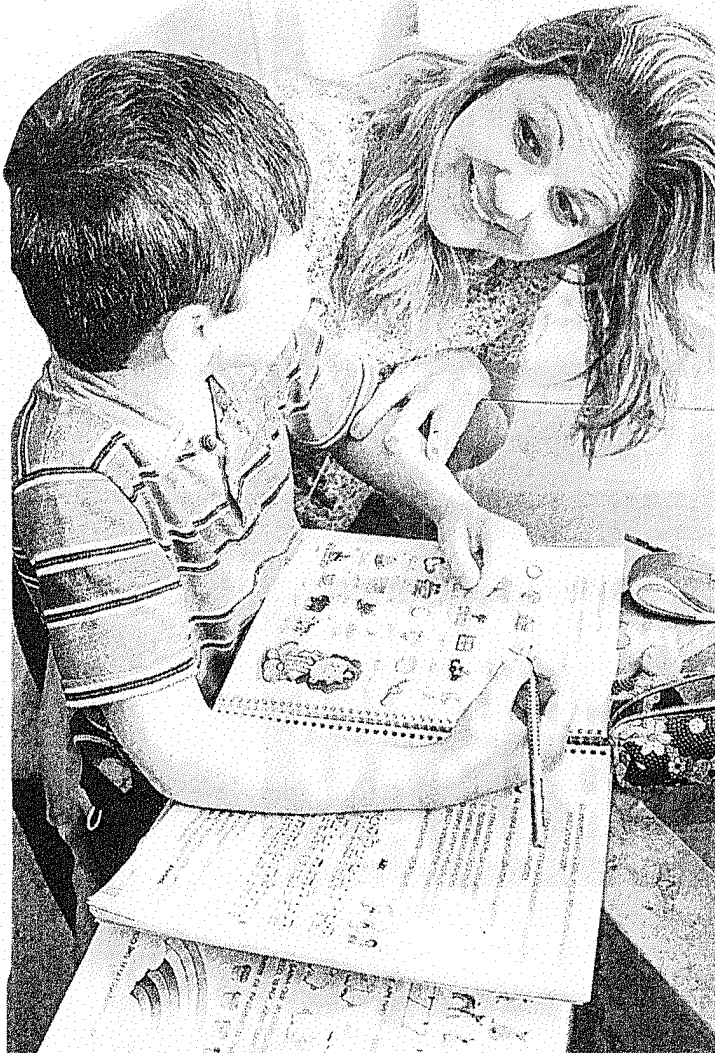
Luciane Muniz Barbosa, pesquisadora do tema e professora da Faculdade de Educação da Unicamp, cita o artigo 26 de Declaração Internacional de Direitos Humanos para defender o direito dos pais de escolherem o modelo de educação dos filhos. Mas ela alerta que as famílias não podem se fechar à atuação do Estado. “O problema é que muitas famílias que defendem e praticam o *homeschooling* não querem qualquer tipo de supervisão, indicando que essa seria uma interferência do Estado em seu direito de escolha”, afirma, em entrevista por e-mail. “Quanto a isso, reitero que precisamos estar atentos aos índices de violência que afetam as crianças no Brasil, e defendermos o direito à educação e proteção integral de todas as crianças. É preciso pensar que estamos em vias de regulamentação de algo que afetará todas as crianças e jovens e não somente de algumas famílias em particular”, frisa.

CONTINUA

19 NOV 2016
20 NOV 2016

GAZETA DO POVO















CONTINUAÇÃO



Viviane luta na justiça para poder ensinar o filho Pietro em casa.

PELO MUNDO

Veja exemplos de países que permitem a educação em casa:

-  África do Sul
-  Austrália
-  Canadá
-  Chile
-  Colômbia
-  Equador
-  Finlândia
-  França
-  Inglaterra
-  Irlanda
-  Israel
-  Itália
-  Nova Zelândia
-  Portugal

Fonte: Fabiana Pimentel Kloh, tese de mestrado, doutoranda da UERJ.
Infografia: Gazeta do Povo.

ISOLADOS?

A falta de socialização costuma ser o primeiro argumento contrário ao ensino domiciliar, mas é fraco. Estudos mostram que família, amigos e os avanços tecnológicos possibilitam que essas crianças não se isolem. As preocupações são mais em relação a uma possível preocupação exagerada com a excelência acadêmica ou, pelo contrário, à possibilidade de abandono intelectual em famílias despreparadas.

CONTINUA

Constitucionalidade está nas mãos do STF

Joana Neitsch

● Uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra uma família que faz *homeschooling* no Rio Grande do Sul, que tem como relator o ministro Luís Roberto Barroso, vai ter repercussão geral e deve servir como parâmetro para todos os outros processos semelhantes.

A legislação brasileira não trata explicitamente sobre *homeschooling*, mas o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê que os pais têm a obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino. Além disso, o Código Penal define o abandono intelectual como crime, suscetível a pena de detenção por 15 dias ou multa. A própria Constituição Federal tem um capítulo voltado à educação e afirma que esta é dever do Estado e da família.

Barroso apontou três aspectos que devem ser observados na análise do caso: o social, relacionado ao direito constitucional de educação como direito de todos e exercício de cidadania; o jurídico, que se refere à interpretação dos conceitos de igualdade e liberdade contidos na Constituição; e o econômico, que deve ser considerado porque esta seria uma possibilidade de redução dos gastos públicos.

Regulamentação

Caso o STF aprove a prática do ensino em casa, o assunto ainda não estará encerrado do ponto de vista jurídico. Entrará em questão a regula-

mentação dessa prática, como deve ser o acompanhamento e a avaliação dos alunos que são ensinados pelos próprios pais.

O diretor jurídico da Associação Nacional de Educação Domiciliar (Aned), Alexandre Magno Fernandes Moreira, conta que a regulamentação é um tema polêmico entre os membros da comunidade *homeschooling*. “Há pessoas de diversas vertentes, uns mais legalistas, outros anarquistas. Tem gente de direita, de esquerda, cristãos e ateus”, diz.

Na opinião dele, deveria haver uma regulamentação mínima, mas “a ideia não é transportar toda a lógica escolar para dentro de casa. Do contrário, seriam anulados os benefícios da educação domiciliar”.

Desde 1994, pelo menos sete projetos de lei sobre *homeschooling* foram apresentados no Congresso Nacional. Alguns deles foram arquivados e outros aguardam para serem analisados em diferentes comissões parlamentares.

Críticas

O procurador do Ministério Público do Rio Grande do Sul Luís Carlos Hagemann apresentou uma manifestação em que se demonstra contrário ao *homeschooling*. Ele citou o filósofo espanhol Fernando Savater, que durante uma palestra afirmou que “um dos objetivos da educação é preservar os filhos de seus pais”.

O procurador adianta que sua interpretação é que a escola é um local não apenas de educação, mas de socialização. “A função da escola não é apenas fornecer material didático. Mas preparar um adulto que um dia vai conviver em sociedade e inclusive com pessoas com quem não vai concordar”, diz Hagemann.

GAZETA DO POVO

EDITOREXECUTIVO: ANDRÉ GONÇALVES

● FINANÇAS PÚBLICAS

Supremo é o fiel da balança no ajuste fiscal de Temer

Decisões recentes da Corte, como o veto à desaposentação e o corte do ponto de servidores em greve, ajudam a conter as despesas públicas

Rosana Felix

● Enquanto a PEC do teto de gastos e a reforma da Previdência são patrocinadas pelo Palácio do Planalto e discutidas no Congresso Nacional sob o protesto permanente de movimentos sociais, é do outro canto da Praça dos Três Poderes que surgem medidas concretas e imediatas para reduzir as despesas públicas. Nas últimas semanas, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou vários temas de repercussão que diminuem a sangria no caixa da União e dos estados.

Alguns ministros do STF têm assumido, em seus votos, que estão preocupados com a situação econômica do país. Nesse contexto, decidiram que a regra de desaposentação (recálculo da aposentadoria para quem continua trabalhando e contribuindo como INSS) é inconstitucional, que os dias parados por greve de servi-

dos devem ser descontados do salário e que as desonerações de impostos federais podem sim reduzir repasses a municípios.

Também foi liberado para julgamento o processo que trata do auxílio-moradia para juízes. Além disso, a presidente do STF, Cármen Lúcia, está fazendo reuniões com a comissão dos supersalários do Senado Federal, criada para restringir o pagamento de remunerações acima do teto constitucional. A ministra é crítica ferrenha dos “penduricalhos” que elevam a remuneração no setor público, e pode colocar em pauta algum processo sobre o tema.

Há outras pautas de grande impacto econômico na Corte, como a que trata do fornecimento de medicamentos de alto custo. O tema foi a julgamento em 28 de setembro, mas o ministro Teori Zavascki pediu vista e não há previsão de retorno. Três membros votaram até agora e a preocupação com as finanças foi citada pelo ministro Luís Roberto Barroso. “Não há sistema de saúde que possa resistir a um modelo em que todos os remédios, independentemente do seu custo e impacto financeiro, possam ser oferecidos a todas as pessoas”, afirmou.

Na sessão em que o STF determinou o corte do ponto de servidores grevistas — desde que não haja conduta ilícita do poder público —, o ministro Luiz Fux

disse que a medida era necessária tendo em vista possíveis protestos contra o ajuste fiscal do governo. “Estamos em um momento muito difícil, em que se avizinham deflagração de movimentos de greve. Então é preciso estabelecer aqui algum critério para que não permitamos que se possa parar o Brasil”, declarou.

Fux deixou claro o posicionamento do STF no fim de outubro, durante um congresso sobre segurança jurídica. “Hoje, o cenário jurídico gravita em torno do binômio direito e economia”, afirmou. Sobre o julgamento da desaposentação, declarou: “Foram os influxos da economia que levaram o STF a vetar essa possibilidade diante do que hoje a economia exige do magistrado uma postura pragmático-consequencialista”.

O pragmatismo levou o ministro Barroso a dar um voto “sem grande simpatia” à tese de que as isenções fiscais podem sim reduzir o valor do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). “A sociedade brasileira não é mais capaz de sustentar o Estado brasileiro em suas três dimensões — União, estados e municípios”, disse.

REPATRIAÇÃO

O Supremo Tribunal Federal também tem demonstrado preocupação com a situação financeira dos estados. No último dia 12, a ministra Rosa Weber mandou congelar parte do valor referente às multas do programa de repatriação do governo federal, beneficiando 24 estados. Os governadores — muitos deles com as contas no vermelho — querem receber uma fatia maior. Pela decisão, a União tem que depositar em juízo o valor que poderá ser destinado aos estados, caso vençam a disputa judicial. O governo federal arrecadou R\$ 46,8 bilhões com o programa. A metade, relativa ao recolhimento de Imposto de Renda, foi dividida com estados e municípios. Já a outra metade (R\$ 23,4 bilhões) é resultado de multas e, no entendimento do Ministério da Fazenda, não deve ser dividido.

CONTINUA

19 NOV 2016 | 20 NOV 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

CAUSAS BILIONÁRIAS

Veja alguns julgamentos de repercussão geral com impacto econômico feitos recentemente pelo STF e outros que aguardam análise:

JULGADOS

Desaposentação

Considerou inviável recálculo do benefício do aposentado com base em novas contribuições decorrentes da permanência ou volta ao mercado de trabalho.

Greve de servidor

Podem ser descontados os dias de paralisação, permitida a compensação em caso de acordo. O desconto será incabível se ficar demonstrado que a greve foi provocada por conduta ilícita do poder público.

Redução de repasses

O repasse da União via Fundo de Participação dos Municípios é feita com base na arrecadação de impostos. Quando há isenção, benefício ou incentivo fiscal, é lícito que a transferência ao município seja reduzida.

PRAZO INDEFINIDO

Auxílio-moradia a juízes

Trata do pagamento de benefício que hoje magistrados de todo o país podem pleitear, sem comprovar no que é usado. Em

2014, quando o benefício começou a ser pago, a Advocacia-Geral da União estimou impacto anual de R\$ 350 milhões nas contas públicas.

Fornecimento de remédios de alto custo

Trata da obrigatoriedade de a União fornecer a pacientes remédios não disponíveis na lista do SUS ou não registrados na Anvisa. O julgamento já começou, mas foi interrompido por um pedido de vista (requisição de mais tempo para analisar o caso julgado). O Ministério da Saúde projeta gastar até R\$ 1,6 bilhão por força de decisões judiciais em 2016.

Planos econômicos

Trata do direito a diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança em decorrência de planos econômicos do final da década de 1980 e início dos anos de 1990. Quando assumiu a presidência da Corte, em setembro, Cármen Lúcia ouviu dos presidentes dos Tribunais de Justiça que esse é o principal tema a ser julgado. Projeções sobre o impacto disso variam bastante, desde cerca de R\$ 8 bilhões, segundo representantes dos poupadores, até R\$ 149 bilhões, segundo o Banco Central.

STF age como tribunal político ou de forma responsável?

● Há opiniões divergentes sobre a atuação recente do Supremo Tribunal Federal (STF) em prol das finanças públicas. Para o filósofo Roberto Romano, as decisões têm prejudicado a sociedade, sobretudo as pessoas mais pobres. O economista Alexandre Sobreira Cialdini pondera que o Supremo apenas age com responsabilidade neste momento de crise econômica.

Para Romano, "ao mesmo tempo em que o STF é lento para julgar aqueles que têm prerrogativa de foro, é extremamente rápido em decidir questões que oneram parcela significativa da população". Segundo ele, em outros momentos históricos, a Corte já agiu assim, e cita o julgamento do seguro apagão, em 2009, como exemplo mais recente. A União teria de restituir os consumidores de energia elétrica em R\$ 6 bilhões caso a decisão tivesse sido contrária.

Romano também critica a demora do Judiciário para rever os benefícios pagos que ampliam a própria remuneração. "Por que só agora? Porque o Renan Calheiros resolveu mexer no assunto e, por isso, o STF diz que pode revogar um privilégio que nunca deveria ter existido", avalia.

Cialdini, que já atuou como secretário de Finanças, concorda com o posicionamento dos ministros. "Entendo que todas as instituições, inclusive o STF, precisam convergir suas ações para o equilíbrio econômico, com justiça fiscal", afirma. Para ele, atuações assim não podem ser entendidas como favoráveis ao governo A ou B.

“O STF é lento para julgar aqueles que têm prerrogativa de foro, mas extremamente rápido em decidir questões que oneram parcela significativa da população.”

Roberto Romano, filósofo.

“Entendo que todas as instituições, inclusive o STF, precisam convergir suas ações para o equilíbrio econômico.”

Alexandre Sobreira Cialdini, economista.

GAZETA DO POVO

Temer, Lula e a instabilidade

Lula e o PT têm costurado uma espécie de “aliança” em sua defesa, como forma de se defender dos processos que se avolumam — um dos julgamentos começa nos próximos dias, em Curitiba. A campanha que pede “um Brasil justo para todos e para Lula” certamente terá o apoio dos ditos “movimentos sociais”, estes que o ex-presidente bem gostaria de ver realizar farsas pirotécnicas caso algo (leia-se uma prisão provisória ou preventiva, ou uma condenação judicial) lhe aconteça. A partir de uma narrativa farsesca de perseguição política — cujo capítulo mais recente ocorreu na sexta-feira, quando Lula apresentou queixa-crime contra o juiz Sergio Moro por “abuso de autoridade” —, o ex-presidente e seus aliados têm a todo custo distorcer fatos e deslegitimar o Judiciário. E a alegação de que o Brasil vive um Estado de exceção dedicado a perseguir petistas justificaria que organizações como o MST fossem às ruas em caso de punição a Lula.

Como o discurso da perseguição consiste mais em paranoia que em qualquer outra

coisa, só haveria duas razões para tomá-lo a sério: a primeira seria sua eventual prevalência na sociedade, o que exigiria um grande esforço de esclarecimento. A segunda razão seria sua amplificação por parte de autoridades como o presidente da República. Em entrevista ao programa *Roda Viva*, da TV Cultura, Michel Temer não endossou a tese da perseguição, mas comprou o discurso das consequências do “ataque a Lula”, quando disse que uma condenação ou prisão do ex-presidente traria instabilidade ao país.

Mas é falacioso o argumento de que ter Lula atrás das grades traria instabilidade ao país. Fiscalizar, investigar, julgar e punir dentro das regras previstas em lei não criam desordem. Pelo contrário: essas atividades são realizadas justamente para resguardar o patrimônio público e proteger as instituições republicanas.

O que cria instabilidade,

O que cria instabilidade é o desvirtuamento do Estado para fins político-partidários

19 NOV 2016

20 NOV 2016

na verdade, é o desvirtuamento do Estado para fins político-partidários. São o aparelhamento da máquina pública e o desvio de recursos do contribuinte para a compra de apoio político no Congresso — atos graves, atentados contra a democracia — que geram desordem no ambiente político da nação. O que cria instabilidade é a admissão de que os tais “movimentos sociais” teriam capacidade de provocar uma convulsão nacional (pois já se sabe que eles podem, sim, causar prejuízos de menor escala) caso resolvessem agir; isso corresponderia a uma confissão da incapacidade do aparato estatal de manutenção da ordem. Seria tornar o país refém desses grupos, a ponto de subordinar-lhes inclusive o desfecho de processos judiciais.

A fala de Temer só não é totalmente equivocada porque o presidente afirmou que, “se houver acusações contra o ex-presidente Lula, que elas sejam processadas com naturalidade”. Acusações há — tanto que Lula já é réu tanto em Curitiba quanto em Brasília. E naturalidade é o que vem pautando a condução dos processos. Não há qualquer violação de direitos que justifique considerar a hipótese de desordem política em caso de prisão ou condenação. Os juízes Sergio Moro, Vallisney de Souza Oliveira e Ricardo Leite acolheram as diferentes denúncias por entenderem haver indícios suficientes de materialidade e autoria. Todos os procedimentos adotados estão de acordo com o que se espera em um Estado Democrático de Direito.

É possível que haja partidários de Lula dispostos a usar a força para defendê-lo da ação legítima do Estado? Sem dúvida. Mas essa possibilidade jamais deveria ser um freio para que seja feita justiça. A instabilidade deriva da sensação de que as regras já não valem para todos. Demonstrar que ninguém está acima da lei e que o poder público se empenhará para que essa noção prevaleça, usando para isso os meios que lhe são garantidos pelo Estado Democrático de Direito, é o melhor meio de promover estabilidade.

GAZETA DO POVO

Moro interroga testemunhas contra Lula

Kelli Kadanus e Laura Beal Bordin

O juiz federal Sergio Moro vai começar a ouvir na segunda-feira (21) as primeiras testemunhas de acusação no processo contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e outros sete réus no caso do triplex do Guarujá, no litoral norte de São Paulo, em que o petista é acusado de receber vantagens indevidas da empreiteira OAS. Ao longo da semana, 12 testemunhas arroladas pelo Ministério Público Federal serão ouvidas por Moro. Com exceção do pecuarista e amigo pessoal de Lula, José Carlos Bumlai, todas as testemunhas são delatores da Lava Jato. Esse é o primeiro passo da audiência de instrução na 13.ª Vara Federal de Curitiba.

Moro aceitou o pedido da defesa de Lula para que ele e a esposa Marisa Letícia fossem dispensados das audiências. Assim, o casal não precisará viajar à capital paranaense para assistir à oitava da próxima semana. Apenas a presença dos advogados de Lula e Marisa será necessária no curso das audiências. O ex-presidente deve vir a Curitiba apenas para o interrogatório dos réus — reta final do processo. Veja ao lado as etapas do julgamento contra Lula:

19 NOV 2016

20 NOV 2016

O QUE PESA CONTRA LULA



Triplex no Guarujá

O ex-presidente Lula foi denunciado por ter recebido R\$ 3,7 milhões em propina da empreiteira OAS. Essa propina, de acordo com a denúncia, foi paga por meio de um apartamento triplex no Guarujá (SP) e pelos custos de armazenamento de bens do petista depois que ele deixou a Presidência da República. Outras sete pessoas também respondem ao processo.

AS ETAPAS DO PROCESSO



Testemunhas de acusação

Nesta etapa são ouvidas as testemunhas arroladas pelo Ministério Público Federal (MPF)

- | | | | | | |
|--------|------------------------------------|--------|---|--------|---|
| 21 NOV | • Augusto Mendonça (Toyo Setal) | 23 NOV | • Pedro Correa (ex-deputado PP) | 25 NOV | • Alberto Youssef (doleiro) |
| | • Dalton Avancini (Camargo Correa) | | • Paulo Roberto Costa (ex-diretor da Petrobras) | | • Fernando Soares (lobista) |
| | • Eduardo Leite (Camargo Correa) | | • Nestor Cerveró (Ex-diretor da Petrobras) | | • Milton Pascowitch (operador) |
| | • Delcídio Amaral (ex-senador) | | • Pedro Barusco (ex-gerente da Petrobras) | | • José Carlos Bumlai (pecuarista e amigo de Lula) |



Testemunhas de defesa

Nesta etapa são ouvidas as testemunhas arroladas pelos advogados dos réus

Ainda não foram definidas as testemunhas e as datas para essa etapa

CONTINUA

19 NOV 2016
20 NOV 2016

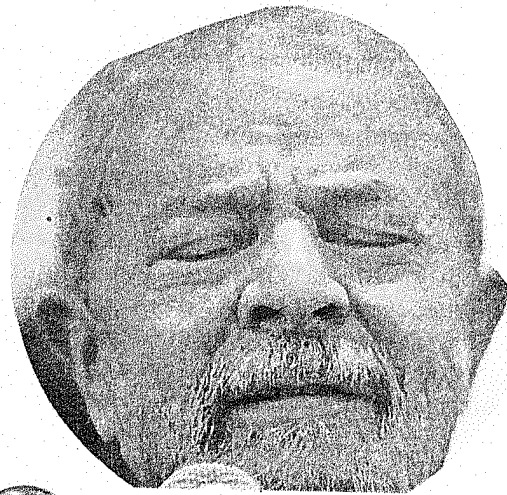
GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

3

Interrogatórios

O juiz ouve todos os réus do processo



Franklin Medeiros (OAS)



Paulo Okamoto (Instituto Lula)



José Aldemário Filho (OAS)



Paulo R. V. Gordilho (OAS)



Fabio Yonamine (OAS)



Roberto M. Ferreira (OAS)



Marisa Leticia Lula da Silva (ex-primeira dama)

Luiz Inácio Lula da Silva (ex-presidente)

4

Alegações finais da acusação

Nesta etapa, o MPF pede a condenação ou a absolvição dos réus pelos crimes que ficarem comprovados ao longo do julgamento.

5

Alegações finais da defesa

Os advogados rebatem as alegações finais do MPF e argumentam em favor dos réus do processo. A defesa de Lula tem alegado "perseguição" por parte do MPF ao petista. Os advogados também negam que o ex-presidente seja de fato o dono do triplex investigado.

6

Sentença

Com as alegações finais em mãos, o juiz Sergio Moro pode proferir a sentença a qualquer momento. Como não há réus presos respondendo a esse processo, não há urgência na tramitação.

19 NOV 2016
20 NOV 2016

GAZETA DO POVO

Lava Jato devolve mais R\$ 204,2 milhões para a Petrobras



“Cheque” é
passado
pela força-
tarefa da
Lava Jato ao
presidente
da
Petrobras,
Pedro
Parente (à
esq.).

Valor vai retornar aos
cofres da estatal
graças aos acordos de
colaboração premiada
e de leniência

Kelli Kadanus

● A força-tarefa da Operação Lava Jato devolveu mais R\$ 204,2 milhões aos cofres da Petrobras na sexta-feira (18). O valor foi desviado da estatal pelo esquema de corrupção investigado, e recuperado graças a acordos de colaboração premiada firmados desde 2014. Segundo o Ministério Público Federal (MPF), os recursos foram devolvidos por 21 colaboradores. Desses, 18 são de colaboração premiada. Outros três são acordos de leniência (espécie de delação de empresas), firmados pela Camargo Corrêa, Setal Óleo e Gás e Carioca Engenharia.

Essa é a terceira e maior devolução de recursos para a Petrobras no âmbito da Lava Jato. Cerca de R\$ 500 milhões já foram repassados aos cofres da estatal desde o início da operação. A maior fatia de recursos devolvidos foi feita pelo lobista Hamylton Padilha. Ele devolveu à força-tarefa R\$ 56,4 milhões. Também é a terceira vez que o ex-gerente da Petrobras Pedro Barusco devolve dinheiro aos cofres da estatal. Em maio de 2015, ele já havia devolvido R\$ 157 milhões; em julho, outros R\$ 69 milhões. Desta vez, Barusco desembolsou R\$ 41,5 milhões.

Os R\$ 204,8 milhões estavam depositados em uma conta judicial da 13.^a Vara Federal Criminal de Curitiba e foram transferidos para a estatal na quinta-feira (17). A cerimônia de devolução ocorreu no auditório do MPF. Participaram o auditor da Receita Federal Roberto

Leonel; o presidente da Petrobras, Pedro Parente; a procuradora chefe do MPF no Paraná, Paula Thá; o coordenador da Lava Jato, Deltan Dallagnol; a diretora do foro da Justiça Federal, Gisele Lemke; e o delegado da Polícia Federal Maurício Grillo.

19 NOV 2016
20 NOV 2016

GAZETA DO POVO

Mutirão vai libertar doentes mentais na “prisão da Lava Jato”

Cerca de 430 presos psiquiátricos terão a situação analisada caso a caso. Objetivo é que terminem o tratamento em liberdade

| *Felipe Aníbal*

● O Complexo Médico-Penal (CMP) — unidade em que estão detidos os presos da Operação Lava Jato — vai passar a ter mais vagas abertas na próxima semana.

Um mutirão carcerário vai analisar o quadro clínico de cerca de 430 pessoas com doenças mentais que estão custodiadas na unidade. O objetivo é que os internos que tenham condições sociais e psiquiátricas de continuar tratamento fora da unidade, sob acompanhamento familiar, sejam libertados.

O número de internos do CMP com doenças mentais corresponde a 70% da massa carcerária do complexo, que tem capacidade para 659 pessoas. Eles são considerados

inimputáveis pela Justiça, ou seja, foram apontados como incapazes de responder pelos crimes dos quais foram acusados.

Por isso, tecnicamente, não cumprem penas convencionais, mas medidas de segurança, em que permanecem internados em tratamento especializado, privados do convívio com a sociedade. “Para um preso com outro perfil, você diz: ‘você está livre’ e ele vai para o mundo, tem autonomia. Para o interno com doença mental, não. Juridicamente, você pode levantar a medida de segurança, mas, se ele não tem família, não dá para simplesmente liberar. É uma situação mais delicada e que precisa ser muito bem analisada”, explica o juiz Moacir Dalla Costa, um dos coordenadores da iniciativa.

Por isso, esse mutirão carcerário terá uma dinâmica diferente dos demais. Além da avaliação jurídica de cada um dos custodiados diagnosticados com doenças mentais, a equipe técnica do CMP — formada por médicos psiquiatras, psicólogos e assistentes sociais — fará uma

análise do prontuário, caso a caso.

O último mutirão carcerário realizado no CMP ocorreu em 2012. Na ocasião, o número de internos diagnosticados com doenças mentais caiu para 80. Em 2014, os “presos psiquiátricos” já passavam dos 340. Hoje, os que apresentam o quadro clínico mais agravado ficam nas galerias 1 e 2. Eles permanecem em celas coletivas, para até 15 pessoas e dormem em colchões colocados no chão.

Detentos “ilustres”

A 6.ª galeria do CMP é o endereço dos presos da Operação Lava Jato. Eles ocupam celas simples, para até três pessoas. Nelas, estão condenados como os ex-deputados André Vargas e Luiz Argolo, e o ex-ministro José Dirceu. Eles são vizinhos de cerca de 60 idosos e dois cadeirantes, que também estão detidos na ala. Até o início deste ano, os chamados “presos especiais” — policiais, agentes penitenciários e funcionários públicos — ficavam na mesma galeria, mas estes foram transferidos por determinação da direção do complexo.

GAZETA DO POVO

REINALDO BESSA

**Moro leva filho e amigos
para conhecer Pelé**

19 NOV 2016

20 NOV 2016

O juiz Sergio Moro chegou para o encontro com Pelé na sede da Escola da Magistratura Federal do Paraná, na noite de quinta-feira, cercado por um forte esquema de segurança. Ele entrou pelos fundos do prédio e antes de ir cumprimentar o rei do futebol solicitou que a imprensa deixasse o local. Sob protestos, os jornalistas e equipes de tevê que aguardavam sua chegada para registrar o encontro tiveram que deixar a sala. Só então Moro, a mulher, Rosângela, o filho e amigos da criança entraram na sala. Pelé veio lançar seu projeto social Programa Esportivo Lúdico Escolar no Paraná a convite da Associação Paranaense dos Juizes Federais (Apajufe). Moro ganhou de Pelé uma caixa com um boneco do ex-jogador marcando um gol de bicicleta.



A advogada Rosângela Wolff Moro (à esq.), a juíza Patricia Panasolo, presidente da Associação Paranaense dos Juizes Federais, Pelé, o juiz Sergio Moro e André Wasilewski Duszczak, diretor da Escola da Magistratura Federal do Paraná.

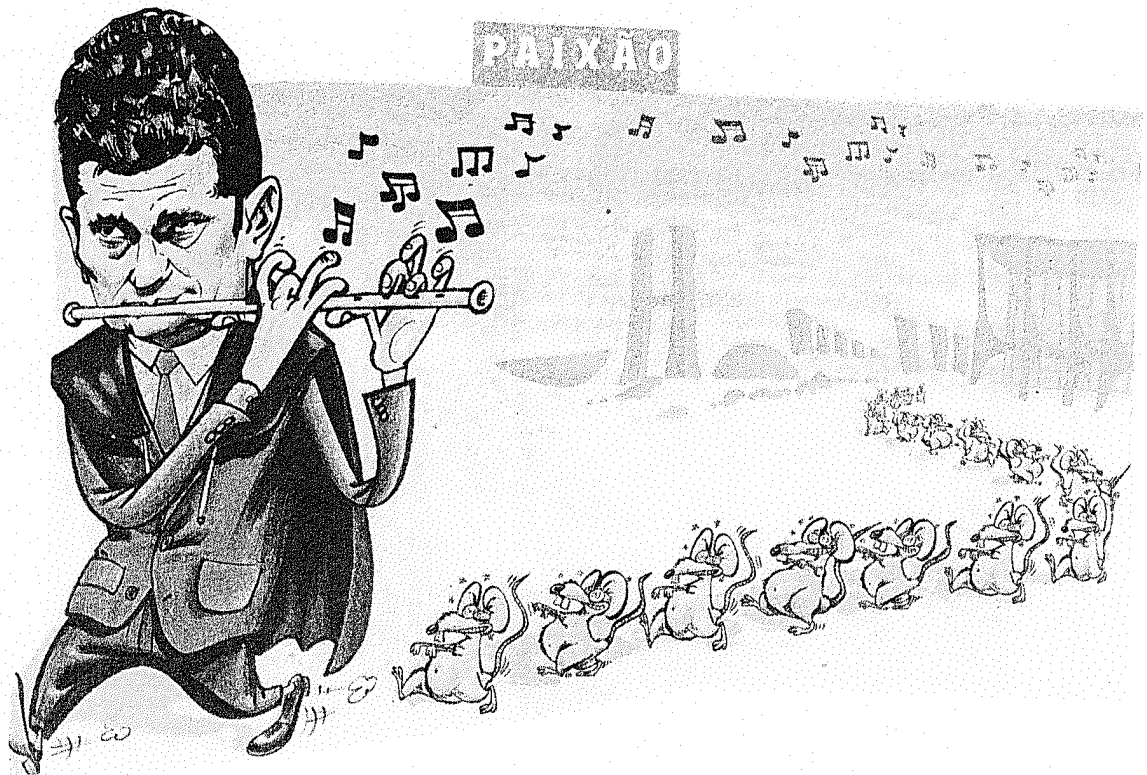
A diretora executiva do Hospital Pequeno Príncipe, Ety Forte Carneiro, exibe o Prêmio Criança 2016, da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e dos Adolescentes, concedido à campanha "Pra Toda Vida – A violência não pode marcar o futuro das nossas crianças e adolescentes", lançada há dez anos pelo hospital pediátrico.



19 NOV 2016

20 NOV 2016

GAZETA DO POVO



19 NOV 2016

20 NOV 2016

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

Supersalários

A Constituição é cristalina em relação ao teto de remuneração. Para nossas lideranças, prevalecem as interpretações que lhes são favoráveis, sejam medidas econômicas, legais ou sociais. Com essas interpretações da Constituição, demais leis e regulamentos, os três poderes fartam-se. A heterodoxia tem de cessar. A vigilância da mídia e a ação do povo serão fundamentais neste processo. A **Gazeta do Povo** tem dado exemplos de coragem e lucidez.

Domingos José Buenos Ribeiro

ABUSO DE AUTORIDADE

Todos nós somos iguais perante a lei; o que diz o artigo 5º da Constituição Federal? Então, para que uma lei específica para políticos, juizes e promotores de Justiça? Essa proposta de lei em curso no Senado é apenas uma manobra para a proteção daqueles que pretendem continuar desviando dinheiro público.

Sérgio Antonio Guerreiro

LAVA JATO

Panelas? Passeatas? Manifestações?
Ou os residentes da "poderosa" República de Curitiba estão satisfeitos em apenas ostentar em seus veículos o adesivo "Eu apoio a Lava Jato"?

Acir João Cardozo

CVRSO

Preparação para a Magistratura do Paraná

Data: início em fevereiro de 2017

Local: EMAP - Escola da Magistratura do Paraná | Rua Ernani

Santiago de Oliveira, nº 87 - Centro Cívico

Informações: (41) 3253-6500 |
3353-4831 -

WWW.emap.com.br

21 NOV 2016

GAZETA DO POVO

Julgamento da chapa Dilma-Temer no TSE causa temor no Palácio do Planalto

Vencer a batalha do impeachment ainda não garantiu a Michel Temer (PMDB) a permanência na Presidência da República até dezembro de 2018. Nos últimos dias, vem crescendo dentro do governo o temor de que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) possa cassar a chapa que elegeu Dilma Rousseff (PT) presidente e Temer vice em 2014. Relator do caso, o ministro Herman Benjamin tem dado sinais de que poderá votar pela cassação, ignorando os argumentos de que as contas de campanha da petista e do peemedebista devem ser analisadas separadamente. Ainda que o voto dele seja apenas um entre os sete ministros que compõem o Pleno da Corte, o Planalto considera desastrosa uma recomendação nesse sentido, porque passaria ao mercado financeiro a sinalização de que mais uma turbulência se aproxima do centro do poder no Brasil. Entenda esse imbróglio:

Euclides Lucas Garcia

O QUE O TSE INVESTIGA NAS CONTAS DA CHAPA DILMA-TEMER?

No total, o PSDB moveu quatro ações contra a chapa vencedora da eleição presidencial de 2014 – elas tramitam de forma unificada. Os tucanos apontam abuso de poder político por meio do uso da máquina pública na campanha de Dilma e Temer, incluindo a participação indevida de ministros de Estado e o envio a eleitores de quase 5 milhões de panfletos pró-Dilma pelos Correios.

O partido ainda menciona a Operação Lava Jato e doações de empreiteiras envolvidas no esquema de corrupção na Petrobras, que, na medida em que irrigaram a campanha eleitoral, caracterizariam abuso de poder econômico. De acordo com o presidente do TSE, ministro Gilmar Mendes, estimativas indicam que a chapa Dilma-Temer teria gastado cerca de R\$ 940 milhões via caixa dois.

COMO TEM SE MANIFESTADO O RELATOR DO CASO?

Recentemente, o ministro Herman Benjamin (segunda foto, de baixo para cima) afirmou que este processo é o "maior da história" do TSE e que sua decisão será "histórica". Ele disse ter ficado impressionado com a extensão do petrolão a partir dos depoimentos dos delatores da Operação Lava Jato. Segundo Benjamin, o esquema se baseava na "normalidade da corrupção". "Vários deles – e eu sempre fazia essa pergunta – diziam: 'as empresas já têm esse valor, isso faz parte do negócio'. Os valores são espantosos, até às vezes eu repetia a pergunta para saber se eu estava entendendo bem, para saber se era bilhões ou milhões. A dimensão é enorme", declarou. Dizendo estar dando uma "agilidade maior" ao caso, o ministro garantiu que sua análise como relator será "estritamente técnica". "Isso aqui não é um processo de impeachment do Congresso Nacional. O TSE não é um tribunal político, é um tribunal que decide sobre fatos."

CONTINUA

21 NOV 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

O QUE DIZ A DEFESA DE MICHÊ TEMER?

Ao TSE, os advogados do presidente alegam que o PMDB tinha um comitê financeiro próprio na campanha e que as prestações de conta foram distintas. Segundo eles, o peemedebista movimentou seus próprios recursos e, por isso, só poderia ser responsabilizado por essa movimentação. Ao pedido de separação das contas, porém, o Ministério Público Eleitoral tem entendimento contrário, por entender que não é possível separar as responsabilidades do titular e do vice. Por outro lado, os ministros Gilmar Mendes e Luiz Fux têm se mostrado favoráveis à distinção das contas. Na segunda-feira passada (14), Temer disse em entrevista exibida pelo programa Roda Viva, da TV Cultura, que não se preocupa com uma eventual cassação pelo TSE. "Tenho sustentado que as contas são julgadas ao mesmo tempo, mas são fisicamente prestadas em apartado. Evidentemente que - e vocês conhecem a obediência que presto às instituições - se o TSE disser lá na frente, 'Temer, você tem que sair', convenhamos, haverá recursos que você pode interpor, não só no TSE, mas, igualmente, no STF".

SE A CHAPA FOR CASSADA, QUEM SERÁ O PRÓXIMO PRESIDENTE?

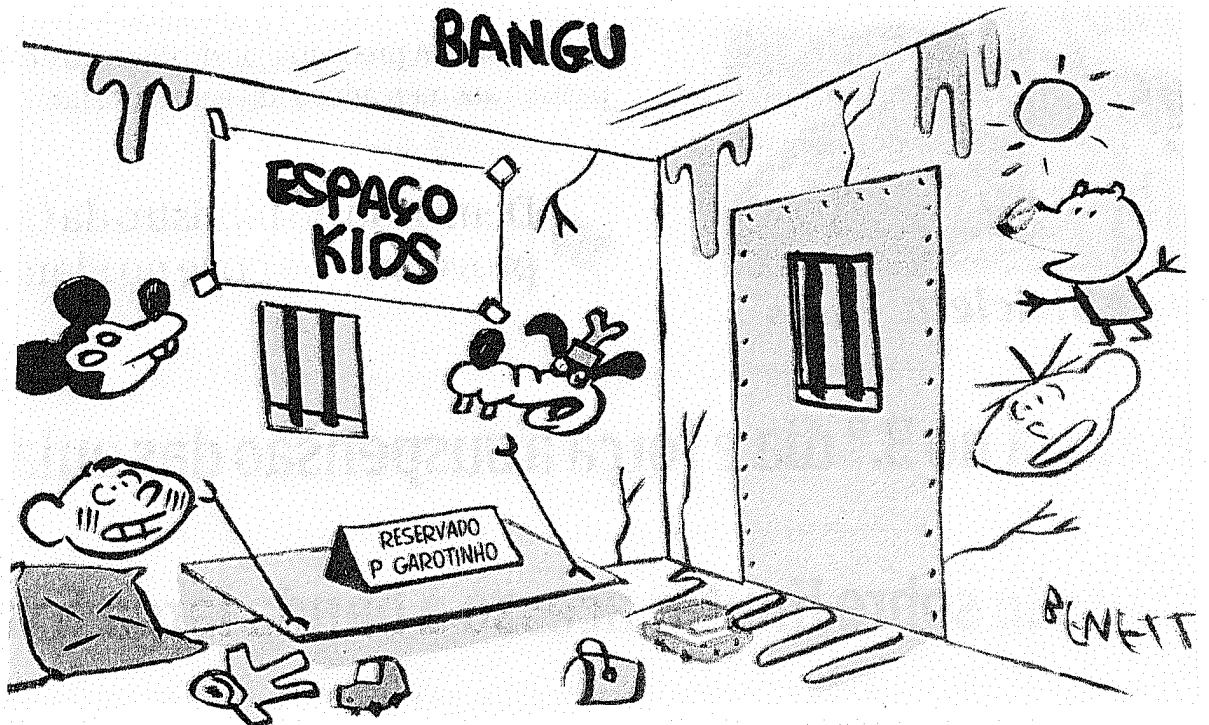
O processo segue na fase de instrução, quando são colhidos depoimentos, quebrados sigilos, analisados documentos. Por isso, não há como prever se o julgamento no plenário do TSE vai ocorrer ainda neste ano ou apenas em 2017. No caso de a maioria dos ministros decidir pela cassação da chapa até o final do mês que vem, será convocada uma eleição direta para escolher o novo presidente da República. Se a cassação ocorrer somente a partir do ano que vem, o Congresso é quem elegeria o substituto de Temer, por meio de eleição indireta. Como a probabilidade é maior para o último cenário, já há inclusive nomes cogitados no Parlamento para a necessidade de se realizar um pleito indireto. Entre eles estão o do ex-presidente Fernando Henrique e o de Nelson Jobim, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal.

21 NOV 2016

GAZETA DO POVO

BENETT

BANGU



21 NOV 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Maioria do STF vota contra contribuição previdenciária sobre adicionais

Não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público. Esse é o entendimento que está prevalecendo até o momento no Supremo Tribunal Federal, que discute a incidência ou não da contribuição previdenciária de servidor público sobre parcelas adicionais da remuneração, como terço de férias, horas extras, adicional noturno e adicional de insalubridade.

O recurso, com repercussão geral reconhecida, começou a ser jugado em março de 2015, mas ainda não foi concluído. Nesta quarta-feira (16/11) ele voltou à pauta do STF, mas foi suspenso por pedido de vista do ministro Gilmar Mendes. Foi esse pedido, inclusive, que motivou uma discussão acalorada entre Mendes e Ricardo Lewandowski. O primeiro ministro já havia votado, mas decidiu voltar atrás e pedir vista dos autos, interrompendo o julgamento quando já havia maioria formada. A atitude foi questionada por Lewandowski e iniciou-se a discussão.

Sem contabilizar o voto de Mendes, até o momento 8 dos 11 ministros já se posicionaram sobre o caso. A maioria seguindo o relator, ministro Luís Roberto Barroso, pelo parcial provimento do recurso. A tese defendida pelo relator é que não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público.

Em seu voto, proferido em março de 2015, o relator observou que a jurisprudência do STF até o momento exclui a incidência da contribuição previdenciária sobre as verbas adicionais ao salário. Segundo ele, se não há benefício para o segurado no momento da aposentadoria, as parcelas não devem estar sujeita à tributação.

Teori permite que Bumlai cumpra prisão domiciliar

O ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF), permitiu na quinta-feira que o pecuarista José Carlos Bumlai cumpra prisão domiciliar, devido a seu debilitado estado de saúde.

Bumlai teve prisão preventiva decretada pelo juiz Sérgio Moro, que chegou a permitir que ele cumprisse a medida em casa para tratamento de um câncer na bexiga, mas, após cinco meses, ordenou que ele retornasse à carceragem da Polícia Federal em Curitiba, em setembro. Na ocasião, o

juiz alegou que os atestados apresentados para justificar a prisão domiciliar eram vagos e não traziam previsão de alta.

Moro levava em consideração também indícios de que Bumlai teria "auxiliado terceiros a subornar criminoso a fim de evitar que este celebrasse acordo de colaboração premiada".

A defesa de Bumlai recorreu ao STF para que ele cumprisse a prisão preventiva em casa, com tornozeleira eletrônica, em função de seu estado de saúde.

21 NOV 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Moro e Chemim fazem palestra sobre corrupção

O juiz federal Sérgio Moro (foto) e o procurador de justiça Rodrigo Chemim apresentarão palestra em Curitiba, na próxima quarta-feira (23) no Teatro Positivo, às 20 horas, sobre a corrupção sistêmica do país, durante o lançamento do livro "Operação Mãos Limpas", que ganhou versão em português pela Citadel Editora. O evento, que levará ao público o

olhar sobre a realidade da investigação no Brasil, terá como tema "O enfrentamento da corrupção sistêmica a partir do exemplar obra Operação Mãos Limpas".

A palestra tem como base o livro "Operação Mãos Limpas", que fala sobre a operação italiana que inspirou a "Lava Jato", dos autores: Gianni Barbacetto, Peter Gomes e Marco Travaglio. ■



Justiça determina reintegração de posse

A Justiça determinou a reintegração de posse da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), em Curitiba. A instituição foi ocupada por estudantes na noite de sexta-feira (18). Por causa da ocupação, um dos locais de prova do vestibular da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), na capital paranaense, precisou ser transferido. O novo endereço para a realização do

exame será na Faculdade Opet, no bairro Rebouças.

As provas serão aplicadas em etapa única pela manhã, das 8h30 às 11h30, e à tarde, das 15h às 19h. No total, serão disputadas 1.228 vagas em 65 cursos de graduação distribuídos pelos campi de Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo, Marechal Cândido Rondon e Francisco Beltrão. Ao todo, 13 mil estudantes se inscreveram para esta edição do concurso. ■

Garotinho é acusado de oferecer suborno durante a prisão

O juiz da 100ª Zona Eleitoral de Campos dos Goytacazes, Glaucenir Silva de Oliveira, acusou o ex-governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho e o filho Wladimir Mathus de terem oferecido, por intermédio de terceiros, R\$ 5 milhões a pessoas conhecidas pelo juiz para evitar a prisão de ambos. A

denúncia foi feita pelo juiz à Procuradoria Regional Eleitoral no Rio de Janeiro.

A procuradoria requereu à Polícia Federal que instaurasse inquérito para investigar o caso. Na acusação, o juiz afirmou que inicialmente foi feita uma proposta de R\$ 1,5 milhão e depois de R\$ 5 milhões em troca de decisões judiciais favoráveis aos investigados. ■

19 NOV 2016

20 NOV 2016

FOLHA DE LONDRINA

OSWALDO MILITÃO



A desembargadora londrinense Lidia Maejima, que foi juíza aqui na cidade, acaba de ser eleita segunda vice-presidente do Tribunal de Justiça do Paraná. O desembargador Renato Braga Bettega é o novo presidente do TJ paranaense para o biênio 2017-18. E como primeiro presidente foi eleito o desembargador Arquelau Ribas, que também foi juiz em Londrina. Parabéns a todos eles.

19 NOV 2016

20 NOV 2016

FOLHA DE LONDRINA

OPINIÃO DO LEITOR

Bate-boca no STF

Confesso que fiquei constrangido com o bate-boca protagonizado entre os ministros Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes em sessão do STF, na tarde da última quarta-feira (16/11). Em meio a uma discussão desproporcional e injustificada, nossos inscientes ministros acabaram ridicularizando publicamente todo o Poder Judiciário por meio dessa “lavação de roupa suja”. Atitude insensata de ambos que, infelizmente, não agrega nada positivo ao atual momento de instabilidade política e econômica pelo qual passamos, onde se busca o fortalecimento de nossas instituições na tentativa de recuperar a confiança e credibilidade dos brasileiros. Mas, novamente, o Poder Judiciário deverá ter sua imagem arranhada graças ao papelão cometido por Vossas Excelências.

MATHEUS AUGUSTO DA SILVA MACHADO (estudante de Direito) – Arapongas

MILITÃO

- Essa briga entre os ministros Levandowski e Gilmar Mendes no Supremo Tribunal Federal ainda vai acabar em “beijos e abraços”. Pois, um dizendo para o outro “por favor me esqueça”, é coisa de briga de comadre, no caso de compadre...

19 NOV 2016

20 NOV 2016

FOLHA DE LONDRINA

LUÍZ GERALDO MAZZA

O marco institucional

Vivemos um momento de grandes conflitos nacionais e, como a oposição é numericamente fraca, tende a apostar em rebeliões acopladas a movimentos sociais e sindicais no estímulo a greves e ocupações do espaço público. Isso se dá em nível nacional e local, mas a oposição regional decidiu inovar e optar pela trilha institucional e ir à Justiça contra o ato governamental que suprime o compromisso do reajuste automático. Decisões recentes da primeira instância favorecem o entendimento que pode ao menos, através de liminar, criar um desconforto para o Executivo habituado a deitar e rolar com sua maioria aliada.

Indispensável, porém, demonstrar, de forma cabal, quem quebrou o Paraná para neutralizar essa conversa mole de que somos um exemplo de equilíbrio fiscal (como sempre a analogia é com Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro) e isso cabe na denúncia e também nos embates de plenário. Outra coisa: impedir, por todos os meios, que o governo atenda desigualmente os supostamente iguais como fez anteriormente repassando a inflação cheia ao Judiciário, Legislativo, Procuradoria da Justiça e Tribunal de Contas e negando-a apenas ao Executivo, como se deu, e compensando-o com o parcelamento. Manter a greve e ocupações é um recurso antipático, agressivo e rejeitado pela opinião pública até pelos problemas que gera para a maioria. Além de tudo, já deu estresse e fadiga do material como se viu na penúltima assembleia de professores em que de pouco mais de mil que lá estavam uma diferença de apenas cinco votos foi pela manutenção da parede, ratificada pela segunda aprovada, fácil, por aclamação, pelo fim das hostilidades. Fazê-lo é deixar-se levar pelas razões políticas dos que tentam transformar o teto dos gastos numa batalha de vida ou morte em nome de uma oposição esmagada nas votações do parlamento e também nas eleições recentes.

De tornozeleira

Quem está de tornozeleira eletrônica é o engenheiro Eduardo Lopes de Souza, dono da Valor, a empresa envolvida nos desvios de recursos de obras escolares da operação Quadro Negro, que se encontrava em prisão preventiva. Esse caso, tanto o do roubo nas escolas como o da gangue de fiscais que assaltava o erário, é indispensável a divulgação, da mesma forma que Sérgio Moro mostra o caso de Cabral como exemplo da quebra do Rio: enquanto uns se locupletavam agora a crise atinge a todos, especialmente os mais pobres. Aqui também as apurações do Gaeco tentam, em escala menor, fazer com que vejamos na corrupção um dos fatores da crise que a todos envolve. Afano em construções escolares ou por ação de fiscais da Receita Estadual ajudam a mostrar por que quebramos.

Mau exemplo

Nosso governador é mau exemplo: amigos pessoais e de relativa intimidade, com os quais dá arrancadas automotivas ou partidas de tênis, envolvidos até o pescoço em corrupção nos casos da Publicano e da Quadro Negro. Isso parece não ser captado por ele como se tal fato não gerasse a presunção constrangedora do trânsito livre. Não é pior, mas se junta ao episódio Ezequias, superprotegido com o privilégio de foro na condição de secretário, embora apanhado na trama de enganar a sogra, fazê-la funcionária-fantasma, sem conhecimento do assunto, da Assembleia e apropriar-se da grana drenada para sua conta pessoal.

19 NOV 2016

20 NOV 2016

FOLHA DE LONDRINA

Lula processa Moro por abuso de autoridade

Julia Affonso,
Mateus Coutinho,
Ricardo Brandt e
Fausto Macedo
Agência Estado

São Paulo - O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu processar o juiz federal Sérgio Moro, responsável pelas investigações da Operação Lava Jato na 1ª instância. Nessa sexta-feira (18), os advogados do petista, da mulher dele, Marisa Letícia, e dos filhos, ingressaram no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), em Porto Alegre, com "queixa-crime subsidiária contra o agente público federal Sérgio Fernando Moro, em virtude da prática de abuso de autoridade".

Lula é réu de Moro em ação penal sobre o apartamento triplex no Guarujá. A Procuradoria da República afirma que o petista recebeu R\$ 3,7 milhões em propinás da OAS.

Segundo a queixa-crime, em 16 de junho, Lula e seus familiares protocolaram na Procuradoria Geral da República uma representação, de acordo com o artigo 2.º da Lei 4.898/65, "pedindo providências em relação a fatos penalmente relevantes praticados pelo citado agente público no exercício do cargo de juiz da 13.ª Vara Federal Criminal de Curitiba."

A defesa de Lula atribuiu a Moro fatos que, segundo ela, configura o abuso - a condução coercitiva do ex-presidente, para prestar depoimento na Polícia Federal, em março, "privando-o de seu direito de liberdade por aproximadamente seis horas"; a busca e apreensão de bens e documentos de Lula e de seus familiares, nas suas respectivas residências e domicílios e, ainda, nos escritórios do ex-presidente e de dois dos seus filhos, "diligências ampla e estrepitosamente divulgadas pela mídia"; e, ainda, a interceptação das comunicações "levadas a efeito através dos terminais telefônicos utilizados pelo ex-presidente, seus familiares, colaboradores e até mesmo de alguns de seus advogados, com posterior e ampla divulgação do conteúdo dos diálogos para a imprensa".

19 NOV 2016

20 NOV 2016

FOLHA DE LONDRINA

Justiça acata denúncia por desastre em Mariana

João Pedro Pitombo

Folhapress

São Paulo - A Justiça Federal aceitou denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal contra 22 pessoas e quatro empresas pelo rompimento da barragem do Fundão, em Mariana. Com a decisão do juiz federal Jacques de Queiroz Ferreira, da comarca de Ponte Nova, os denunciados tornam-se réus no processo que investiga as causas do desastre ambiental, que aconteceu há um ano. A Samarco, suas duas controladoras - Vale e BHP Billiton - e 21 pessoas são acusadas de homicídio com dolo eventual (quando se assume o risco de matar) pela morte de 19 pessoas no desastre.

Entre os denunciados estão dirigentes e membros do conselho de administração da Samarco, incluindo o ex-presidente da empresa, Ricardo Vescovi. Vale, BHP Billiton e Samarco também foram acusadas por crime ambiental - contra a fauna, flora, poluição e contra o ordenamento urbano.

A Justiça também acatou denúncia contra a empresa

VogBR e seu engenheiro Samuel Paes Loures, responsáveis pela inspeção do reservatório. Neste caso, contudo, os réus não vão responder por homicídio, mas por crime de falsificação de laudo ambiental.

O rompimento da barragem da Samarco é considerado a maior tragédia ambiental do Brasil. Cerca de 35 bilhões de litros de rejeitos de minério vazaram do reservatório e mataram 19 pessoas, destruíram povoados e poluíram 650 km entre Mariana e o litoral do Espírito Santo. Nas investigações, a força-tarefa de procuradores afirma ter identificado que as empresas acionistas da Samarco tinham conhecimento dos problemas da barragem.

OUTRO LADO

Por meio de nota, a Vale informou que repudia "veementemente" a denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal. A Samarco informou que ainda não foi citada no processo. A VogBR foi procurada, mas não se posicionou sobre a decisão da Justiça. A reportagem não conseguiu contato com a BHP Billiton.

21 NOV 2016

FOLHA DE LONDRINA

Pelo fim da

violência contra

as mulheres

Campanha, que segue até 10 de dezembro, faz um alerta sobre atitudes no cotidiano que levam ao desrespeito à mulher

Vitor Ogawa

Reportagem Local

A luta pelo fim da violência contra a mulher deve ser diária e abordada em todos os setores da sociedade. Desde 2003, o Brasil participa da campanha mundial "16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher". Neste ano, o tema da campanha "Machismo. Já passou da hora" faz um alerta sobre pequenas atitudes do cotidiano que levam ao desrespeito à mulher. Em Londrina, a campanha foi aberta na manhã deste domingo (20), com solenidade realizada na Concha Acústica. Também foram realizadas ações alusivas ao Dia Nacional da Consciência Negra.

"Em uma sociedade com educação patriarcal, o homem tem o poder e domínio sobre a mulher e nós fazemos um trabalho de formiguinha ao longo dos anos para que haja a igualdade de gênero e não a igualdade ideológica de gênero. Queremos a igualdade entre o homem e a mulher em termos de cultura, de serviço, de emprego, de salário e de posição na sociedade. Já a mulher negra sofre duas formas de pre-

conceito, não só por ser mulher, mas por ser negra", ressalta a secretária de Políticas para Mulheres de Londrina, Sônia Medeiros. "Em seus locais de origem, as pessoas negras eram qualificadas e chegaram aqui na condição de escravos no início da civilização brasileira. Para mudar isso é um processo difícil e é preciso trabalhar com pessoas qualificadas e o coletivo Black Divas está aí para nos ajudar na desconstrução dos paradigmas que estão por aí. São pessoas que são professoras, doutoras e que estão no topo", acrescenta

"As mulheres negras continuam ganhando muito menos que outras mulheres. Não vemos mulheres negras em cargos de presidência das empresas. Em Londrina só temos uma no cargo de diretoria. Se você entra em joalherias caríssimas, você não vê vendedoras negras", afirma a coordenadora do coletivo Black Divas, Sandra Mara Aguilhera. "As Black Divas vêm de encontro ao anseio de Dandara, que era esposa de Zumbi dos Palmares. Queremos as mulheres negras empoderadas com educação, cultura e saúde. Mulheres negras e não negras", destaca.

Segundo o promotor Paulo Tavares, para combater o preconceito o primeiro passo é fazer uma análise interna e pessoal. "Será que estou discriminando a mulher? Será que estou praticando discriminação física ou psicológica? Será que estou discriminando pelo fato de ter religião? Tudo isso passa pelo trabalho pessoal interno. É preciso discutir nos seus ambientes, pessoais e profissionais, o efeito destrutivo que o preconceito causa em todos nós", aponta. Segundo ele, o preconceito não afeta só a população negra, mas a todos. "À medida que a população aumenta, isso afeta o acesso à educação, à saúde. Caso não seja combatida, essas pessoas vão ficar desempregadas e terão subempregos. Queremos uma vida digna para todas as pessoas e o combate contra a discriminação tanto de mulheres quanto contra os negros precisa ser diário", afirma.

A cerimônia de abertura foi uma realização da prefeitura, Coletivo Black Divas, 10ª Subdivisão Policial de Londrina e Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (CMPIR). A campanha segue até o dia 10 de dezembro. A programação pode ser conferida no www.londrina.pr.gov.br/mulher.

CONTINUA

21 NOV 2016

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Casa abriga vítimas de violência

A Casa Abrigo Canto de Dália é um serviço oferecido pela Secretaria de Políticas para Mulheres para as vítimas de violência doméstica. "O Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CAM) é a porta de entrada desse serviço. Ali a situação da mulher é avaliada e se ela corre risco de morte e não tem outro recurso da rede de proteção a quem recorrer, a casa abrigo acolhe essa pessoa. A pessoa permanece temporariamente ali até que receba medidas protetivas para sair da casa", explica a gerente do espaço, Sueli Galhardi, destacando que às vezes a mulher precisa mudar de município, por ser ameaçada de morte.

A assistente social da Casa Abrigo, Ana Paula Galdin Ramos, relata que todos os casos que deram entrada foram graves e cada um teve a sua particularidade. "Não é a marca no rosto que vai dizer qual o grau de violência que a mulher sofreu. Muitas vezes a violência está dentro da mulher, aquilo que ela carrega por dentro. Mas já tivemos uma mulher que chegou muito machucada nos dois olhos e a gente achou até que ela poderia ter um problema na visão por conta da agressão", relembra.

Ana Paula conta que o cotidiano da casa abrigo consiste em algumas tarefas como cuidar da limpeza do próprio quarto. "O foco principal é cuidar dos filhos, participar das oficinas e de palestras cuja temática é a violência", conta a assistente social. As crianças fazem as tarefas na casa abrigo e as assistentes sociais fazem a articulação com as escolas, buscam e levam para a escola as tarefas delas, porque o objetivo é sair o mínimo possível por conta do nível de ameaça. (V.O.)

21 NOV 2016

FOLHA DE LONDRINA

OPINIÃO DO LEITOR

Semana da Conciliação

De 21 a 25 deste mês acontece a 11ª Edição da Semana Nacional da Conciliação, uma campanha nacional promovida pelo Conselho Nacional de Justiça. O tema deste ano é “O caminho mais curto para resolver seus problemas”. Sabemos que os conflitos fazem parte da natureza humana e, quando eles acontecem, na maioria das vezes o Judiciário é acionado. A Semana Nacional da Conciliação é um esforço do Judiciário em ampliar a oportunidade de resolução desses conflitos por meio de audiências de conciliação. Em 2015, segundo dados do CNJ, “a Semana Nacional da Conciliação envolveu 3,1 mil magistrados, 968 juízes leigos, 5 mil conciliadores e outros 5,2 mil colaboradores em 47 tribunais. As 354 mil audiências realizadas resultaram em 214 mil acordos, um índice de 60% de composição dos conflitos. Os acordos firmados representaram um montante de R\$ 1,645 bilhão – a maior parte das conciliações (189,6 mil) foi realizada nas cortes da Justiça Estadual”. O passo inicial na composição de acordo inicia-se com as partes envolvidas no conflito, que se dispõem a participarem dessa “negociação”. O conciliador atua como um facilitador desse acordo, usando de técnicas que propiciam a aproximação das relações conflituosas. Nos Juizados Especiais os princípios norteadores são: oralidade, informalidade, economia processual e celeridade (Lei 9.099/95). No artigo 6º da Declaração sobre uma cultura de paz - diz que: “A sociedade civil deve comprometer-se plenamente no desenvolvimento total de uma cultura de paz”. Conciliar é valorizar a cultura de paz, mesmo que aparentemente vivemos num mundo conturbado pela violência diária. A solução mais econômica para a resolução de um conflito é a conciliação.

INDYANARA CANANDA DE ARRUDA (conciliadora de Justiça) - Cornélio Procópio

19 NOV 2016

O ESTADO DE S. PAULO

O valor da segunda instância

O Supremo Tribunal Federal (STF) desferiu, nos últimos dias, um forte golpe contra a impunidade. O Plenário da Casa confirmou, por maioria de votos, a possibilidade de iniciar a execução de pena de prisão após condenação em segunda instância. Com a decisão de agora, torna-se obrigatória às demais instâncias a aplicação da interpretação segundo a qual o princípio da presunção de inocência não exige o completo trânsito em julgado para o cumprimento da pena. Basta haver uma decisão colegiada, proferida em grau recursal, para que o réu condenado seja recolhido à prisão.

Em fevereiro deste ano, ao julgar um *habeas corpus*, o STF alterou seu entendimento sobre a execução da pena. Seguindo o voto do relator, ministro Teori Zavascki, a maioria dos ministros entendeu ser possível o início da execução da pena mesmo que ainda coubesse ao réu interpor outros recursos. Ao fundamentar seu voto, Zavascki lembrou que, após a decisão colegiada em segunda instância, não há mais análise de fatos e provas que assentem a culpabilidade do réu. Seria um contrassenso, portanto, falar em presunção de inocência de um réu condenado por um tribunal. Seria fazer pouco-caso da segunda instância.

Ao sinalizar um reequilíbrio do princípio da presunção de inocência, a decisão do STF

proferida em fevereiro teve efeitos imediatos. A partir de então, vários tribunais determinaram a prisão de réus condenados em segunda instância. Não era ainda obrigatório, porém, seguir a nova orientação e houve casos em que a Justiça determinou a espera do trânsito em julgado da sentença para executar a pena. Por exemplo, no início de julho, o ministro Celso de Mello mandou a Justiça mineira soltar um réu que ainda podia recorrer da decisão condenatória. No caso, até o Superior Tribunal de Justiça (STJ) havia confirmado o acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais determinando a prisão por homicídio qualificado, mas Mello entendeu vigorar no sistema jurídico pátrio “o direito fundamental de ser considerado inocente até que sobrevenha o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. Ainda que não fosse o atual entendimento majoritário, cabia a Mello o direito de tomar essa decisão.

Em outubro, o STF teve nova oportunidade de rever sua mudança jurisprudencial, ao analisar ações do Partido Nacional Ecológico e do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que tentavam suspender a execução da pena antes do trânsito em julgado. Na ocasião, a Suprema Corte confirmou a nova orientação jurisprudencial.

Como lembrou o ministro Edson Fachin, o acesso às instâncias extraordinárias não tem a finalidade de ser uma ter-

ceira ou quarta chance para a revisão de uma decisão com a qual o réu não está satisfeito. Sua função é propiciar ao STF e ao STJ oportunidade para uniformizar a interpretação da Constituição e da legislação infraconstitucional. A possibilidade de recursos a essas instâncias superiores não pode, portanto, impedir o início do cumprimento da pena.

As decisões de fevereiro e outubro tinham, contudo, efeitos limitados, já que elas se referiam apenas a caso específico. No recurso de agora, os ministros reconheceram que a decisão deveria ter repercussão geral, com efeitos sobre todas as instâncias, e já não cabe desobedecer à orientação do STF.

Trata-se de elementar medida de prudência uniformizar o tratamento de matéria tão grave. A disparidade de consequências jurídicas entre situações semelhantes é sempre sintoma de injustiça. E a exigência do esgotamento de todos os recursos para iniciar o cumprimento da pena era ocasião para que muitos réus se mantivessem distantes dos efeitos legais de suas ações.

Mais do que uma garantia, a antiga interpretação sobre a presunção de inocência era um grave desequilíbrio do sistema. Como mencionou o ministro Zavascki, em nenhum país do mundo, depois de observado o duplo grau de jurisdição, a execução de uma condenação fica suspensa, aguardando eventual referendo de um tribunal superior.

19 NOV 2016

O ESTADO DE S. PAULO

ENTREVISTA

Kátia Abreu (PMDB-TO), senadora

Relatora da comissão criada para vasculhar contracheques que ultrapassem o teto legal, senadora diz que não quer 'fulanizar' discussão, mas mira em 'efeito cascata' do Judiciário

'Receber salário indevido também é corrupção'

QUEM É

KÁTIA ABREU

SENADORA PELO PMDB-TO

Formada em psicologia na Universidade Católica de Goiás, tornou-se pecuarista ao assumir, com a morte do marido, em 1987, uma fazenda no Tocantins. Foi ministra da Agricultura durante o segundo governo de Dilma Rousseff. Defensora do agronegócio, foi eleita "Miss Desmatamento" por ambientalistas.

Isabela Bonfim

Erich Decat | BRASÍLIA

À frente da relatoria da comissão que fará um pente-fino nos chamados supersalários nos Três Poderes, a senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) sustenta que é preciso enfrentar o corporativismo das entidades representativas do Judiciário, que alegam ser alvo de retaliação. "Receber o salário indevido também é corrupção", afirmou a senadora em entrevista ao *Estado*.

Ela disse que não pretende "fulanizar" o tema para que não ocorra uma "guerra entre os poderes", mas defendeu o desmanche de permissões feitas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que garantem o

•/Várias formas

"Presidentes de entidades dizem que isso é uma perseguição ao Judiciário, que tem atuado no combate à corrupção. Receber o salário indevido também é corrupção. Corrupção não é só fazer superfaturamento, pegar propina de empresa, não é só mensalão ou petrolão, tem várias formas, inclusive receber salário indevido."

Kátia Abreu (PMDB-TO)

SENADORA E RELATORA DA COMISSÃO QUE APURA O EXTRATETO NOS 3 POERES

pagamento de aumentos salariais em cascata a magistrados toda vez que há reajuste dos vencimentos dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

Na avaliação da senadora, os benefícios como auxílio-moradia e auxílio-creche deveriam estar dentro do teto, atualmente em R\$ 33.763 por mês. Ela, porém, considera "totalmente diferente" a cota parlamentar com a qual deputados e senadores custeiam suas moradias.

Amiga da presidente cassada Dilma Rousseff, Kátia Abreu afirmou que mantém apenas uma relação institucional com o presidente Michel Temer, seu correligionário.

• A extinção dos supersalários tem respaldo no Congresso?

Tenho certeza que no Senado vamos aprovar as propostas. Acho que a sociedade não aceita mais. A democracia corporativa não interessa mais a ninguém. Presidentes de entidades dizem que isso é uma perseguição ao Judiciário, que tem atuado no combate à corrupção. Receber o salário indevido também é corrupção. Corrupção não é só fazer superfaturamento, pegar propina de empresa, não é só mensalão ou petrolão, tem várias formas, inclusive receber salário indevido.

• Os levantamentos dos supersalários estão sendo analisados caso a caso?

Pouco importa neste momento quanto o juiz, o procurador ou servidor está ganhando. A partir de agora acabou a brincadeira. Se eu for começar a fulanizar, vira uma guerra entre os poderes. Quero apenas mostrar os números gerais e volume da economia (com o fim dos supersalários).

CONTINUA

19 NOV 2016

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

● **Então, qual é objetivo da comissão?**

É a regulamentação. Por exemplo, no CNJ (*Conselho Nacional de Justiça*) tem uma medida que permite o efeito cascata. A ministra Cármen (*Lúcia, presidente do STF*) disse que tomaria as providências no CNJ para desmanchar a portaria. Outra hipótese mais ampla é uma PEC da (*senadora*) Gleisi Hoffmann (PT-PR), que vai sanear toda a cascata indevida. O segundo ponto é regulamentação do que é o teto. Nós queremos regulamentar o óbvio que já está escrito na Constituição. O projeto deve ir a plenário no Senado no máximo até 7 de dezembro.

● **Como fica a questão da incorporação dos benefícios?**

É preciso regulamentação do que é salário e o que é verba indenizatória, como o auxílio-moradia, creche, alimentação, transporte, mudanças. A Constituição já diz que tudo isso deve entrar no teto.

● **Nesse ponto também será considerado a cota parlamentar?**

É totalmente diferente. O auxílio-moradia deles (*dos magistrados*) vem incorporado na folha do juiz que mora na mesma cidade há 30 anos, independente se usa ou não o auxílio.

● **Mas isso também não ocorre com os parlamentares que acumulam mais de um mandato?**

O problema é que nós não moramos em Brasília. Trabalhamos em Brasília. No Congresso, ou você pega um apartamento ou apresenta um recibo do aluguel. Isso não é salário, não entra no teto. O que eles querem é receber R\$ 33 mil e mais auxílios na conta.

● **A comissão também vai regulamentar as gratificações pagas a conselheiros das estatais?**

As estatais estão fora do teto. Mas não existe uma resolução para o jeton (*gratificação paga pela participação em reuniões de órgãos colegiados de deliberação, das três esferas: federal, estadual e municipal*). É um problema que vamos ter de discutir. Vamos conversar com o pessoal do jurídico, analisar a Constituição e debater. Avaliar essa questão foi uma pedido e uma recomendação da ministra Cármen Lúcia.

● **A relatoria da comissão é um gesto de reaproximação com a cúpula do PMDB e o presidente Michel Temer?**

A relatoria foi eu que pedi. Eu me sinto bem dentro do PMDB, mas tenho um processo na comissão de ética do partido. Não vou fazer nenhum lobby para não me expulsarem nem o contrário. Com o Temer, conversei uma única vez por causa da comissão. Da minha parte, tenho meus sentimentos com relação ao impeachment e vou morrer com essa avaliação. Minha relação com Temer é institucional.

19 NOV 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça manda bloquear contas do Rio, mas caixa estava vazia

Tribunal não sabia que governo fluminense havia pago a 2ª de sete parcelas dos salários dos servidores de outubro

Vinicius Neder / RIO

O Tribunal de Justiça do Rio (TJRJ) concedeu ontem liminar de arresto de R\$ 486 milhões das contas do governo estadual para o pagamento dos salários, mas a Secretaria de Estado da Fazenda informou que a decisão não foi cumprida por falta de dinheiro em caixa.

O que o TJRJ não sabia era que ontem o governo fluminense havia pago a segunda de sete parcelas da remuneração de outubro dos servidores públicos que estão com o pagamento atrasado. Os salários têm sido atrasados desde a virada do ano e a Justiça vem bloqueando as contas do Estado desde abril.

Segundo a secretaria, foi paga uma parcela de R\$ 600 para cada servidor, somando um gasto de R\$ 105 milhões para o Estado. Com isso, o governo já pagou 85% do total da folha de pagamento de R\$ 2,1 bilhões do funcionalismo.

No último dia 11, foram pagos integralmente os salários dos servidores ativos e inativos da área de segurança (policiais militares e civis, bombeiros e agentes penitenciários) e dos ativos da educação. Os demais tiveram seus vencimentos parcelados em sete vezes, a serem pagos até 5 de dezembro.

A primeira parcela dos salários, de R\$ 850, foi paga na quarta-feira. Pelo calendário originalmente divulgado, a parcela paga ontem seria depositada apenas nos dias 21 e 23. "A antecipação ocorre em virtude da arrecadação tributária um pouco maior do que a esperada para os últimos dias", diz uma nota distribuída pelo governo fluminense.

● **Balanço**

486 milhões

de reais era o valor da liminar de arresto concedida pelo Tribunal de Justiça do Rio; cada servidor recebeu R\$ 600, somando um gasto de R\$ 105 milhões para o Estado

Protestos. O atraso nos salários contribuiu para inflamar os ânimos contra o pacote de ajuste fiscal anunciado pelo governo fluminense no dia 4. Na primeira terça-feira após o anúncio, um protesto de servidores contrários ao pacote culminou na invasão do Plenário da Assembleia Legislativa (Alerj). Em mais dois atos na semana passada, houve confronto entre manifestantes e policiais militares.

Na última quarta-feira, quando o pacote começou a ser debatido, houve novos confrontos. Policiais usaram bombas de efeito moral, balas de borracha e gás de pimenta para dispersar os manifestantes, espalhando tensão pelo centro do Rio. O protesto de quinta-feira, segundo dia de debates no Legislativo, foi menor, mas novo ato está marcado para a próxima terça-feira, quando os deputados estaduais retomam as discussões. Apenas três projetos de lei foram debatidos, mas eles já receberam 209 emendas.

Plenário. Ontem, o TJRJ determinou que o setor administrativo da Alerj providencie o acesso às dependências da casa nas sessões, em ação proposta pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ). Desde o início dos debates, o acesso do público às galerias e tribunas do Palácio Tiradentes, sede da Alerj, tem sido feito com a

distribuição de senhas. Por decisão da Assembleia, cada parlamentar tem quatro senhas, somando 280 convites, capacidade máxima do prédio, inaugurado em 1926.

"Os promotores de Justiça apontaram que o fato de ter sido franqueado o acesso por meio de convites distribuídos, individualmente, pelos próprios parlamentares burlou as disposições constitucionais, legais e regimentais sobre o tema", diz uma nota distribuída pelo MPRJ.

19 NOV 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Renan vira alvo de 12º inquérito no Supremo

Dias Toffoli, ministro do STF, autoriza abertura de nova investigação contra presidente do Senado

Beatriz Bulla
Vera Rosa / BRASILIA

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou ontem a abertura de um novo inquérito para investigar o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Com isso, Renan é oficialmente investigado em 12 casos – sendo que em um deles já há denúncia oferecida.

Em seu despacho, Toffoli autorizou a realização de diligências solicitadas pela PGR. Os investigadores querem mais informações sobre uma movimentação financeira de R\$ 5,7 milhões de Renan, considerada incompatível com a renda do senador.

O caso tramita em segredo de justiça no STF. A partir da abertura do inquérito, Renan se torna investigado, neste caso, pelos crimes de peculato e lavagem de dinheiro.

A movimentação financeira suspeita foi identificada no curso de outra investigação, pela qual Renan já foi denunciado ao STF por uso de documento falso e peculato. Na época, em 2007, o senador foi alvo de investigação por recebimento de propina para pagamento de despesas pessoais. Segundo a apuração, a construtora Mendes Júnior teria arcado com a pensão de uma filha em relacionamento extracônjugal do peemedebista com a jornalista Mônica Veloso.

A assessoria de imprensa de Renan informou por meio de nota que o senador “já esclareceu todos os fatos relativos a esta questão e é o maior interessado no esclarecimento definitivo do episódio”.

Críticas. O presidente do Senado voltou a ser alvo de críticas de membros do Ministério Público e do Judiciário ontem. Em evento para anunciar a devolução de recursos para a Petrobrás, integrantes dos órgãos que participam da investigação da Operação Lava Jato criticaram medidas em discussão no Congresso, em especial a alteração na lei sobre abuso de autoridade. “Vivemos um momento de ameaça com medidas no Congresso que visam calar o MP e a Justiça”, disse a procuradora-chefe do Ministério Público Federal no Paraná, Paula Cristina Conti Thá. “Não é um juizco de primeira instância que está dando ordens no Senado”, afirmou a juíza Gisele Lemke, da 2.ª Vara Federal de Curitiba, em referência ao termo usado por Renan para se referir ao juiz que autorizou a Operação Métis, no mês passado.

19 NOV 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Moro apura se OAS contratou ex-presidentes

O juiz Sérgio Moro deu 20 dias para a empreiteira OAS informar se contratou palestras de outros ex-presidentes da República, além de Luiz Inácio Lula da Silva e, em caso afirmativo, revelar os valores e quais foram os eventos contratados.

A decisão do juiz da Lava Jato foi tomada anteontem, atendendo a um pedido da defesa do petista na ação penal em que é acusado de receber R\$ 3,7 milhões em propinas da OAS no esquema de corrupção na Petrobrás entre 2006 e 2012.

“Oficie-se, com prazo de vinte dias, à OAS, para, que informe se (1) contratou palestras de outros ex-presidentes da República do Brasil e, caso seja positiva a resposta, indique os eventos e valores envolvidos (2) se fez doações a outros ex-presidentes da República do Brasil ou a entidades a eles relacionadas e, caso seja positiva a resposta, indique as datas e valores envolvidos”, determina Moro.

As acusações contra o ex-presidente nessa ação penal são relativas ao suposto recebimento de vantagens ilícitas da empreiteira por meio de um triplex no Guarujá, no litoral de São Paulo, e ao armazenamento de bens do acervo presidencial, mantidos de 2011 a 2016.

A Lava Jato apura ainda a movimentação financeira da empresa de palestras do ex-presidente, a LILS, que recebeu, entre 2011 e 2014, R\$ 9,9 milhões de seis empreiteiras investigadas.

'Queixa-crime'. A defesa de Lula também ingressou ontem com uma queixa-crime no Tribunal Regional Federal da 4.^a Região contra Moro por abuso de autoridade.

Os advogados atribuem ao juiz federal fatos que, segundo eles, configuram o abuso: a condução coercitiva do ex-presidente para prestar depoimento na Polícia Federal, em março, “privando-o de seu direito de liberdade por aproximadamente seis horas”, a busca e apreensão de bens e documentos de Lula e de seus familiares, nas suas respectivas residências e domicílios e, ainda, nos escritórios do ex-presidente e de dois dos seus filhos, “diligências ampla e estrepitosamente divulgadas pela mídia”, e, ainda, a interceptação das comunicações “levadas a efeito através dos terminais telefônicos utilizados pelo ex-presidente, seus familiares, colaboradores e até mesmo de alguns de seus advogados, com posterior e ampla divulgação do conteúdo dos diálogos”.

Na queixa, a defesa do petista pede a punição de Moro com detenção de dez dias a seis meses, “além de outras sanções civis e administrativas, inclusive a suspensão do cargo e até mesmo a demissão”. / MATEUS COUTINHO

JULIA AFFONSO RICARDO BRANDT e
FAUSTO MACEDO

Presidente do TCE do Rio recebeu propina, diz jornal

Executivos da Andrade Gutierrez acusam o presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), Jonas Lopes de Carvalho, de ter se beneficiado do esquema de propinas que anteontem levou à prisão o ex-governador do Rio Sérgio Cabral (PMDB). A informação foi divulgada ontem pelo jornal *O Globo*. O TCE-RJ negou a acusação, classificada como “calúnia”. Segundo o jornal carioca, o executivo Andrade Gutierrez Clóvis Renato Primo afirmou que Wilson Carlos, então secretário de Governo da gestão Cabral, ordenou que a empreiteira pagasse ao TCE-RJ 1% do valor do contrato para reforma do Maracanã.

19 NOV 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Lava Jato devolve R\$ 204 milhões para a Petrobrás

Edson Fonseca

ESPECIAL PARA O ESTADO / CURITIBA

Representantes da força-tarefa da Operação Lava Jato anunciaram ontem a devolução, para a Petrobrás, de R\$ 204 milhões que teriam sido desviados em operações fraudulentas. Os recursos são resultados de 21 acordos realizados com pessoas físicas e jurídicas acusadas de participar de operações ilícitas.

Foi a terceira devolução feita pela força-tarefa, totalizando R\$ 500 milhões. Nas outras duas ocasiões, foram reembolsados R\$ 157 milhões e R\$ 139 milhões à estatal. Desses acordos, 18 são de colaboração premiada – celebrados com pessoas físicas – e 3 são de leniência – feitos com pessoas jurídicas.

“A Petrobrás e a sociedade brasileira são vítimas diretas deste processo. Mais do que dinheiro, queremos devolver ao Brasil um pouco da sua dignidade”, afirmou a procuradora-chefe do Ministério Público Federal do Paraná, Paula Conti Thá.

O coordenador da Operação Lava Jato, procurador Deltan Dallagnol, disse que, em regra, nenhum centavo é devolvido após as investigações e defendeu a aprovação das 10 medidas contra a corrupção, série de propostas do Ministério Público Federal que deve ser levado para votação em comissão da Câmara na terça-feira.

“O que vemos hoje, satisfeitos, é o sentimento de justiça de um povo que está acostumado a não reaver nenhum tostão”, disse. “Precisamos também recuperar o orgulho dos funcionários da Petrobrás. Eles também foram vítimas. Dos 70 mil funcionários da estatal, apenas sete estão implicados nos desvios”, afirmou Dallagnol.

Segundo a Procuradoria, a recuperação deste montante é resultado de “uma investigação técnica, coordenada e eficiente desenvolvida pela equipe do MPF em conjunto com outros órgãos, como a Polícia Federal e Receita Federal, desde 2014, quando o megasquema de corrupção e desvios de recursos da Petrobrás foi descoberto”.

Vítima. O atual presidente da estatal, Pedro Parente, afirmou que a companhia foi uma das grandes vítimas dos desvios investigados pela Lava Jato. “A companhia não se beneficiou dos desvios. O processo de desvios fez com que a Petrobrás saltasse de uma dívida de R\$ 21 bilhões, em 2006, para R\$ 132 bilhões, em 2015. Agora nós temos o compromisso de reconstrução da imagem da companhia e para isso estamos atuando como assistente de acusação”, disse Parente.

● Valor recuperado
R\$ 500 mi

é o valor total até agora recuperado pela Operação Lava Jato aos cofres públicos após acordos com investigados. O valor vem de 18 delações premiadas – celebradas com pessoas físicas – e três são de leniência – feitos pela força-tarefa com pessoas jurídicas.

Procuradoria pede prisão de ex-primeira-dama

Fábio Grellet / RIO

Investigada por suspeita de praticar lavagem de dinheiro e conduzida coercitivamente para prestar depoimento na última quinta-feira, a advogada Adriana Ancelmo, mulher do ex-governador Sérgio Cabral (PMDB), ainda corre o risco de ser presa. O Ministério Público Federal havia pedido ao juiz Marcelo Brêtas, da 7ª Vara Federal Criminal do Rio, a prisão temporária de Adriana. O juiz negou o pedido e determinou a condução coercitiva. Na quinta-feira, mesmo dia em que Cabral foi preso, Adriana foi levada à Polícia Federal, prestou depoimento e foi liberada.

O MPF recorreu da decisão de Brêtas e impetrou ontem novo pedido ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2). O desembargador Abel Gomes, relator do recurso, negou o pedido de liminar, mas vai submeter o recurso à 1ª Turma Especializada da corte.

Escritório. A advogada é investigada por suposta lavagem de dinheiro. Outra suspeita sobre Adriana se refere a contratos firmados pelo escritório de advocacia da qual ela é uma das donas com empresas que prestavam serviço ao Estado durante a gestão de Cabral. Segundo a investigação, o escritório recebeu cerca de R\$ 17 milhões em contratos com empresas que prestam serviços públicos.

Essa ligação do escritório de Adriana foi revelada pelo Estado em 2010. Na ocasião o jornal contou que, um mês depois de ter seu contrato como concessionário estendido até 2038, o Metrô Rio era representado em ação coletiva pelo escritório da então primeira-dama. Na ocasião, o Metrô Rio afirmou que o escritório de Adriana Ancelmo era um entre os 20 que prestavam assistência jurídica à concessionária.

A reportagem revelou ainda que Adriana representava em 28 processos o grupo Facility, uma das principais empresas fornecedoras do Estado. Na ocasião, o grupo empresarial afirmou que seu contrato com o escritório de advocacia foi firmado antes de Cabral.

19 NOV 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Cármem Lúcia visita presídio em Porto Alegre

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármem Lúcia, fez ontem uma visita-surpresa ao Presídio Central de Porto Alegre. Ela foi à capital gaúcha para fiscalizar as condições do local, que registra superlotação. Há 4.683 presos recolhidos em um espaço projetado para 1.905 pessoas.

Esta é a terceira viagem em menos de um mês que a ministra faz para inspecionar o sistema penitenciário. Cármem pretende percorrer todos os Estados do País na sua gestão. Em outubro, ela visitou os presídios de Mossoró e Natal, no Rio Grande do Norte. Há cerca de duas semanas, foi ao complexo penal da Papuda, no Distrito Federal. Cármem participou de uma audiência pública em Porto Alegre para discutir a situação do presídio com membros da sociedade. / JULIA LINDNER

20 NOV 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Juiz diz que Garotinho tentou suborná-lo

Procurador pede que a PF apure denúncia de magistrado de que pessoas próximas ao ex-governador ofereceram propina para evitar prisão

Clarissa Thomé / RIO

A Polícia Federal vai apurar a denúncia de que o ex-governador Anthony Garotinho e seu filho Wladimir Matheus ofereceram propinas de R\$ 1,5 milhão e R\$ 5 milhões para influenciar decisões do juiz eleitoral Glaucenir Silva de Oliveira, da 100.^a Zona Eleitoral de Campos dos Goytacazes, que decretou a prisão preventiva do ex-governador na Operação Chequinho. A tentativa foi relatada pelo próprio magistrado, que encaminhou representação ao presidente do Tribunal Regional Eleitoral, segundo o Ministério Público.

O pedido de instauração de inquérito partiu do procurador regional eleitoral Sidney Madruga. Ele solicita a investigação da denúncia de que pai e filho teriam oferecido, “por intermédio de terceiros, ‘quantias milionárias’ a pessoas conhecidas pelo juiz” a fim de obter decisões favoráveis e evitar a prisão de ambos.

No ofício, Madruga ressaltou a gravidade dos fatos apontados, “que configurariam caso explícito de corrupção”. A oferta de propina ao juiz ocorreu em duas ocasiões, por pessoas diferentes. “O juiz buscou não revelar, num primeiro momento, para não interferir nas decisões. Mas, diante dessa situação, encaminhou representação ao presidente do Tribunal Regional Eleitoral. Os fatos são muito graves. Atingem a toda a Justiça Eleitoral. Ele é reconhecido como competente e incorruptível”, disse Madruga.

De acordo com o procurador

eleitoral, além do oferecimento de propina, a Procuradoria Regional Eleitoral recebeu denúncia de ameaça a um promotor de Campos dos Goytacazes. Ele também encaminhou ofício à Superintendência da Polícia Federal, para obter informações sobre uma possível tentativa de interferência nos trabalhos do delegado Paulo Cassiano, que investiga um esquema de compras de votos em Campos.

“Houve representação contra o delegado pelo grupo de Garotinho, e a Corregedoria da Polícia Federal pediu a avocação do inquérito para fazer correição. Isso pararia as investigações. Ao decretar a prisão de Garotinho, o juiz já falava dessa possível interferência. E ele não permitiu a avocação do inquérito, determinou que permanecesse em cartório. E o fez acertadamente, ao meu ver. A correição pode ser feita em outro momento. Encaminhei esse ofício à Superintendência da PF”, disse Madruga.

O procurador regional eleitoral não quis detalhar a ameaça sofrida por um integrante do Ministério Público em Campos. O episódio também teria ocorrido durante as investigações da Operação Chequinho. “Não temos medo, mas isso mostra tentativas de interferên-

cia direta nos três órgãos – no Ministério Público, na Polícia Federal e na Justiça.”

O procurador também expediu ofícios em caráter de urgência ao MP Estadual e para o TRE-RJ, em que pede que a promotoria em Campos dos Goytacazes “tome as medidas necessárias para reprimir possíveis ilícitos criminais e eleitorais cometidos por pai e filho”.

O advogado de defesa da família de Garotinho, Fernando Augusto Fernandes, informou que entrará com representação contra o juiz Glaucenir Oliveira pelo crime de denunciação caluniosa. “As atitudes do juiz, as cenas grotescas da semana passada e o abuso de autoridade merecem resposta unicamente jurídica”, afirmou.

Fuga. Escutas telefônicas feitas pela PF mostram que o Garotinho temia ser preso e deixou Campos quando os vereadores Miguel Ribeiro Machado, o Miguelito, e Ozéias Martins, foram presos sob acusação de utilizar o programa Cheque Cidadão para a compra de votos, em 19 de outubro. Na gravação, divulgada pela Rádio CBN, Garotinho dá a entender que deixou a cidade assim que soube da prisão dos vereadores e demonstra preocupação com testemunhas. A prisão do ex-governador foi determinada porque testemunhas teriam sido coagidas a mudar seus depoimentos.

O ex-governador está internado no Hospital Quinta D’Or, depois de ter passado um noite em hospital que fica dentro do Complexo Penitenciário de Gericinó, em Bangu, na zona oeste do Rio. Ele será submetido a exames.

● oferta
R\$ 5 milhões
é o valor que o juiz Glaucenir Silva de Oliveira, da 100.^a Zona Eleitoral de Campos dos Goytacazes, afirmou ter sido oferecido a ele em uma das ocasiões para favorecer Garotinho em decisões

20 NOV 2016

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

Maia e o fator Jucá

Ricardo Lewandowski já pediu, e só falta a presidente **Cármen Lúcia** marcar o dia para o STF julgue um mandado de segurança que pode mexer com Brasília. Nele, o deputado **Telmário Mota** pede que se anule a reeleição de **Romeiro Jucá** à segunda vice-presidência do Senado – cargo que ele ocupava antes de ir ser ministro de **Temer**.

O pedetista Mota recorre ao art. 57 da Constituição, que proíbe senadores de serem reeleitos para cargos da Mesa na gestão imediatamente seguinte.

Fator Jucá 2

Por que isso importa? Se a corte acatar o pedido, cria jurisprudência que vetaria reeleição de **Rodrigo Maia** à presidência em 2017.

Se, no entanto, o caso não for julgado até o fim do ano, perde o objeto.

CARAS & BOCAS

“É preciso estar atento
contra a operação abafa”

LUIS ROBERTO BARROSO, ministro do STF, alertando para os “interesses revólvidos” pela Operação Lava Jato, o que faz com que tentativas de eliminá-la “sejam uma possibilidade”

21 NOV 2016

CARTA CAPITAL

Legislação/ A casta de Dallagnol

O lobby do procurador para criar “intocáveis” na Justiça e no MP

Em sua missão de fé, o procurador Deltan Dallagnol, integrante da força-tarefa da Lava Jato, conclamou os patriotas a reagir a uma suposta manobra dos parlamentares para mudar os integrantes da comissão na Câmara dos Deputados que analisa o projeto das dez medidas anticorrupção proposto pelo Ministério Público. Do púlpito, melhor, em sua página no Facebook, Dallagnol pregou: “Urgente, Compartilhe: notícias dão conta de que estão acontecendo manobras de líderes partidários na Câmara... É um desrespeito com os 200 milhões de brasileiros que querem um processo de discussão e aperfeiçoamento legítimo do Legislativo...”

Coincidência ou não, minutos depois um grupo de fascistas defensores da intervenção militar invadiu o plenário da Câmara dos Deputados.

Os manifestantes exaltavam o juiz Sergio Moro e, quase como em um sequestro, ameaçavam só deixar o Parlamento se um general fosse buscá-los.

Interessante o uso da palavra manobra pelo procurador. Na segunda-feira 14, Dallagnol e um grupo de representantes do Ministério Público participaram de um animado jantar com o deputado Onix Lorenzoni, relator das medidas na Câmara. A turma do MPF reivindicava a exclusão do pacote de regras que possibilitariam a punição de juízes e procuradores por crime de responsabilidade e abuso de autoridade. A “manobra” funcionou. As punições serão excluídas do relatório. Neste caso, Dallagnol não quis saber da opinião de 200 milhões de brasileiros.



Vale-tudo contra os ímpios?

21 NOV 2016

CARTA CAPITAL

Lava Jato/ O crime compensa

Ao menos para o doleiro Alberto Youssef, que dá adeus a Curitiba

Caso desista de cometer crimes, o doleiro Alberto Youssef tem a chance de desenvolver uma carreira promissora na área de consultoria como “personal delator”. Experiência não lhe falta. Youssef foi personagem central de dois dos maiores escândalos político-financeiros do Brasil: o Caso Banestado e a Operação Lava Jato. E escapou relativamente incólume de ambos. O segredo? Dedurar os comparsas, mesmo que de maneira seletiva.

No Banestado, megaescândalo de lavagem de dinheiro descoberto nos anos 1990, Youssef aproveitou a delação para tirar do mercado um grupo de doleiros que lhe

faziam sombra. O compromisso firmado à época com o juiz Sergio Moro, de não voltar a cometer delitos, foi descumprido rapidamente e sem maiores consequências. Com os concorrentes expulsos da praça, o contraventor se tornaria uma espécie de “banqueiro central” da lavagem de dinheiro.

Preso no início das investigações da Lava Jato, Youssef acaba de ser transferido para prisão domiciliar, após dois anos e quatro meses na cadeia em Curitiba. Vai usar tornozeleira eletrônica por mais quatro meses, antes de progredir para regime aberto. Novamente com o consentimento de Moro, o bicheiro escora-se na delação premiada. No caso de Youssef resta provado: o crime compensa.



STF/DATA VÊNIA, VOSSA EXCELÊNCIA É UMA...

O BATE-BOCA TEATRAL ENTRE RICARDO LEWANDOWSKI E GILMAR MENDES

Ato único: Uma tarde moderada no Supremo Tribunal Federal. Assunto pouco palpitante na pauta: a incidência de contribuição previdenciária em parcelas adicionais do salário (13º, férias). Gilmar Mendes pede vista, apesar de ter votado anteriormente no caso. Entra em cena Ricardo Lewandowski, impressionado com a manobra do colega. O clima esquenta:

Lewandowski: Vossa excelência está abrindo mão do voto preferido? *Data venia*, é um pouco inusitado.

Mendes: Vossa excelência é quem faz as escolhas mais heterodoxas aqui.

Lewandowski: Graças a Deus, não sigo o exame de vossa excelência em matéria de heterodoxia. Faço disso ponto de honra.

Mendes: Basta ver o que vossa excelência fez no Senado (o fustigamento do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff).

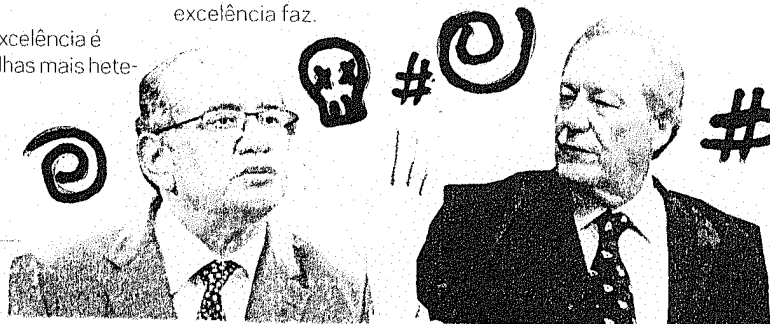
Lewandowski: No Senado? Basta ver o que vossa excelência faz diariamente nos jornais. É uma atitude absolutamente ao meu ver incompatível.

Mendes: Faço inclusive para reparar os absurdos que vossa excelência faz.

Lewandowski: Absurdos, não! Retire o que disse. Não existe. Vossa excelência está faltando com decoro. Não é de hoje... Vossa excelência me esqueça!

Mendes: Não retiro.

Lewandowski: Vossa excelência está faltando com o decoro que esta Corte merece. O bate-boca termina. Cármen Lúcia, presidente do STF, fez uma intervenção acanhada no meio da discussão. Em favor de Mendes.

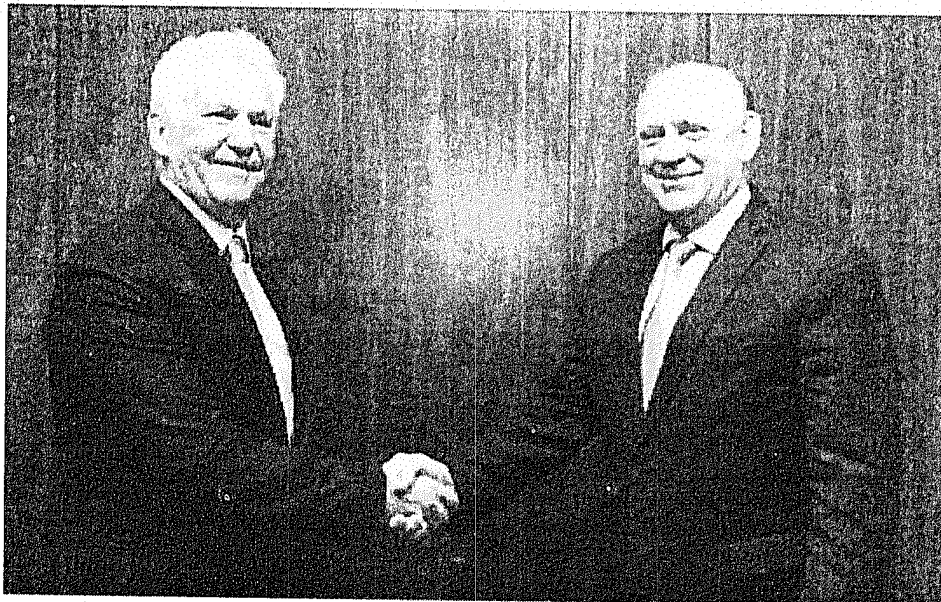


FÁBIO CAMPANA

17 NOV 2016

quinta-feira, 17 de novembro de 2016 – 17:02 hs.

Novo presidente do TJ quer manter parceria com Traiano



As boas relações entre a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Justiça do Paraná devem prosseguir e se aprofundar nos próximos dois anos. Esse é o objetivo do novo presidente do TJ-PR, desembargador Renato Braga Bettega, eleito ontem para o biênio de

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

17 NOV 2016

2017-2018, que visitou nesta quinta-feira (17), pela manhã, o presidente da Assembleia, deputado Ademar Traiano (PSDB). Bettega estava acompanhado do atual presidente do Tribunal, Paulo Vasconcelos, e da nova 2º vice-presidente, Lídia Maejima.

Traiano, Renato Bettega, Paulo Vasconcelos e Lídia Maejima analisaram projetos conjuntos do Tribunal e Assembleia, como o Geração Atitude, voltado para estimular a participação dos jovens na política, e trocaram ideias sobre ações desenvolvidas pelo TJ e pela Assembleia em benefício da comunidade. Paulo Vasconcelos, informou que o Tribunal, quando são construídos novos fóruns no interior, costuma entregar os antigos prédios para as prefeituras que o utilizam para a instalação de creches, ou secretarias municipais.

Traiano destacou que a Assembleia tem desenvolvido diversas ações com o

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

17 NOV 2016

objetivo de contribuir para a comunidade. Dentre elas o “Assembleia no Enem”, o Parlamento Universitário, Escola do Legislativo, além de exposições de arte, lançamento de livros e atividades culturais. “A sociedade espera do setor público uma participação maior na vida da comunidade”, disse Traiano. “Estamos fazendo todo o possível para atender essa expectativa”.

Participaram do encontro os deputados Plauto Miró, Elio Rusch, Luiz Cláudio Romanelli, Nereu Moura, Alexandre Curi, Bernardo Carli e Pedro Lupion.

(foto: Nani Gois/Alep)